

Dias depois Manuel me enviou este soneto:

*Recebi o seu telegrama,
Afonso. Obrigado;
Sempre é bom receber agrado
Dos amigos a quem mais se ama.*

*Gastão, gentil como uma dama,
Esse merece ser chamado
Pinheiro, como você o chama.
E Otávio, nunca assaz louvado.*

*Não me sinto pinheiro, Afonso,
Eu velho bardo, entre mil vícios
À espera da hora do responso...*

*Sou apenas um setentão
Adido à estranha legação
Dos pinheiros setuagênios.*

Drummond, em fino artigo para o *Correio da Manhã*, comemorou telegrama e soneto:

Pois Avinos, talvez a caminho da Câmara, com os olhos fatigados da vegetação miúda que se descortina por aí agora, lançou a retina na lembrança dos retos e puros pinheiros de Anto, e numa operação de afeto associou-nos a três amigos que chegaram à idade provecta com a mesma verticalidade e nobreza.

De fato, a vida parlamentar me enfurava, às vezes, com suas picuinhas e injustiças. Procurava refugiar-me nas amizades do presente, como Bandeira, Gastão e Otávio, ou nas leituras de mocidade, como Antônio Nobre, que foi alvo de minha admiração desde antes de o ler, desde os tempos que ouvia meus irmãos lê-lo em voz alta, para os amigos reunidos na desaparecida casa de Copacabana. Nós trazemos conosco essas "Relíquias da Casa Velha", retratos, móveis, imagens, autores preferidos, no esforço constante de nos prender ao tempo que não volta.

A causa do relativo recolhimento, que mantive a partir de setembro, foram as eleições. Era uma prova séria que o nosso partido deveria enfrentar, e eu, como líder, estava particularmente exposto.

Terminada a apuração, que pude acompanhar de perto graças aos boletins minuciosos, de minha votação, que me eram enviados sucessivamente pelo meu amigo Nilo Neme, os resultados foram muito satisfatórios. Eu não tinha lideranças municipais, não-era político regional, nem, a rigor, fazia política no interior do Estado.

Não era um chefe político, com os seus amigos, a sua organização, a sua máquina, como o eram, por exemplo, dentro da U.D.N., Magalhães Pinto, Bileac, José Bonifácio ou Monteiro de Castro. Eu era votado ou concentradamente, em zonas que mal conhecia, mas onde amigos me amparavam, ou, dispersamente, por eleitores independentes de chefias locais, que queriam votar em mim.

Examinando o último boletim, do mês de novembro, vejo que fui votado em 136 municípios do Estado, muitos dos quais não conhecia nem de nome. Os votos espontâneos vão de algumas unidades a muitas dezenas e poucas centenas. Os votos concentrados, nas zonas de amigos, passam freqüentemente da casa dos mil. Mencionei os municípios de Abaeté (Simão da Cunha), Curvelo (Paulo Salvo), Jequitinhonha e Joáima (Antônio Peixoto), Miraf (Afonso Alves Pereira), Paracatu e Vazante (meus primos sertanejos), Itambacuri e Carlos Chagas (Fidelino Viana) como aqueles em que pude dispor de boa votação. Freqüentemente, como no caso de Paracatu, foi ela a maior de todos os partidos. A minha cidade de Belo Horizonte também não esqueceu o único deputado que, até então, nela havia nascido: deu-me quase mil e duzentos votos. O total de minha votação foi de 23.755, perto de quatro vezes mais do que conseguia em 1945, quando me classifiquei como primeiro suplente. Minha ação parlamentar estava sendo reconhecida e recompensada pelos meus conterrâneos. Conquistara uma alta colocação na lista dos deputados eleitos, abaixo apenas dos latifundiários eleitorais como Bileac, Magalhães, ou Zé Bonifácio.

Pelas notícias que me chegaram posteriormente, a pressão contra mim fôra grande, exercida em muitos pontos pela aliança P.S.D.-P.T.B. Em Paracatu, os tradicionais adversários de nossa família usaram de todos os métodos habituais na pressão eleitoral do interior, auxiliados pelo govêrno estadual de Kubitschek. Brasília ainda não existia e Paracatu era, então, sertão bruto, quase como no século XVIII. Eu havia estado lá, falei em comício no Largo do Rosário, com considerável audiência popular. Mas os esforços despendidos para derrotar-me não encontravam limites. Compra de títulos e de votos, ameaças policiais, influência aberta da igreja local, senão contra mim, pelo menos a favor dos concorrentes, tudo isso me foi denunciado depois, em carta que ainda conservo.

Também tive provas de apoio que me honraram. Um amigo da Mata mandou-me o retrato do pai, aos 92 anos, votando em mim. Outros enfrentaram ameaças, resistiram a seduções e ficaram firmes. Várias mensagens recebi, também, depois do pleito. Entre elas uma, muito honrosa, do Marechal Mascarenhas de Moraes, meu companheiro da delegação em Caracas. Eu voltava à Câmara e à liderança, sentindo-me premiado dos esforços e

prestigiado para agir na sessão que se inaugurava, e que, mal o pudera saber, iria ser tão tumultuada.

14 DE
ABRIL 1951, pela associação de um grande impulso popular com uma magistral, embora amoral, manobra política. A esperança popular desaguara no P.T.B., a manobra política se situara no P.S.D. Creio haver contado como, viajando em Minas com Eduardo Gomes, eu lhe disse certa manhã, na cidade de Três Corações, que Getúlio ia ganhar. Ele contestou, sustentando a vitória de Cristiano. Era visível, já naquela altura, a tática do maior partido, em Minas e em todo o Brasil: sacrificar o seu candidato (donde o verbo "cristianizar"), trocando os votos pessedistas, no pleito nacional, pelos votos trabalhistas nos pleitos locais. Getúlio, como Gulliver, ficou assim amarrado pela trama cerrada de pequenos cordeis que os pigmeus teceram sobre o seu corpo, e que eram os compromissos regionais, a impossibilidade de agir no cumprimento da mensagem popular que recebera, porque os instrumentos estavam em outras mãos.

Isto e mais outros factôres conhecidos levaram-no ao triste fim. Mas, se a espada havia cortado o nó górdio da crise, as condições de restabelecimento da situação permaneciam intocadas, depois de 24 de agosto. Era fatal que o funcionamento livre e rotineiro das instituições levaria o poder aos seus antigos detentores, embora numa fórmula invertida, porque, desaparecido o líder nacional cujo prestígio arrastara a honra do partido majoritário, êste iria impor a sua supremacia na associação.

Todo o transcurso do govêrno Café Filho se resume numa luta frustrada para evitar o inevitável, isto é, a volta do compadrio pessedista-petebista ao poder. Só uma reforma institucional profunda ou uma ditadura militar poderiam mudar o rumo dos acontecimentos. Mas a reforma institucional não poderia ser feita legalmente, com maioria parlamentar nas mãos dêles. E as forças armadas ainda não estavam, em 1955 (como estão agora), em condições de ditar as opções sob a ameaça de ditadura.

A U.D.N. e os seus pequenos aliados nunca poderiam ganhar, se os dois grandes adversários se unissem. Seu triunfo estava em procurar a intervenção militar para impedir tal união. Captar o apoio do P.S.D. seria razoável, e eu o tentei tanto quanto pude, na minha posição. Mas era tarefa difícil. As incompatibilidades locais, entre nós e êles, eram intransponíveis. Os udenistas do Congresso e da cúpula partidária, que tinham comandos municipais, não admitiam, sequer, a discussão do assunto. Enfóricos com a derrubada nacional que parecia haver custado tão pouco, só pensavam em levar a operação destrutiva até os mais íntimos redutos regionais. E vá alguém convencer êsse tipo de menta-

lidade! Na impossibilidade de reunir as forças partidárias na procura de uma solução, que não fôsse a volta ao esquema anterior, dei minha colaboração—e não posso negá-lo—às tentativas udenistas de resolver a situação por meio de pressões militares. Mas isto ficou também frustrado, desde o momento em que Juscelino enfrentou o veto militar à sua candidatura e lançou-se em campanha apoiado pelo P.T.B., ao mesmo tempo que a aliança política dos dois grandes partidos cindia a frente militar graças ao apoio encontrado no ministro da Guerra, General Teixeira Lott.

O quadro do govêrno de Café Filho fica, assim, bem definido. Deveria ter sido um govêrno de transição para uma situação diferente, mas transformou-se no caminho involuntário de retôrno à situação anterior.

Muito se fez para evitar isso, mas inutilmente. A tese da união nacional; a tentativa de veto militar à candidatura Juscelino; a tese da maioria absoluta e, finalmente, os esforços em prol da revisão do pleito, sob pretexto da nulidade dos votos comunistas, tudo foram tentativas para obstar a restauração. Como a Restauração francesa, porém, nada o evitou, e, como os Bourbons, os expulsos do poder em 1954 a êle voltaram em 1956 "sem nada haver aprendido nem esquecido". O govêrno Jânio Quadros foi um segundo interregno, diferente em parte, mas parecido, em significação, com o govêrno Café Filho. Era a possibilidade de outra saída. A renúncia de um, como a deposição do outro, tornaram fatal a volta do *status-quo-ante*, com Jango, destruído afinal pela revolução militar de abril. Agora os militares têm uma força política—e uma consciência dessa força—de que não dispunham antes. Mas, se as instituições presidenciais funcionarem rotineiramente, a marcha fatal vai recomençar. Pelo menos é assim que, hoje, as coisas me parecem.

Voltando a 1955, a minha posição de líder forçava-me a entrar em tôdas as jogadas que marcaram o caminho que acabo de recordar.

Quando lembro minha vida no decorrer daquele ano, e minha ação, seja na tribuna ou fora dela, é sempre a marcha dos acontecimentos que estou lembrando.

Fiz cerca de 80 discursos em 1955. Muitos dêles retratam a evolução dos acontecimentos, tal como acima os delineei.

Logo no começo do ano, o movimento de união se esboçou, por parte dos grupos dominantes, preocupados em evitar aquilo que o General Lott chamaria mais tarde, pitorescamente, "o retôrno às normas constitucionais vigentes", e que era o simples retôrno, ao poder, dos políticos dêle afastados em 1954. E o esboço do movimento reunia já dois elementos constantes: U.D.N. e militares.

Em fins de janeiro, o Presidente Café Filho, em discurso retransmitido pelo rádio, que estourou como uma bomba, leu um

documento que recebera dos seus mais altos colaboradores militares, no qual eram feitas graves advertências à nação. Nêle, em resumo, se punha em guarda o país contra os riscos de uma luta eleitoral e se pregava abertamente a adoção de uma candidatura de união nacional para presidente da República. A U.D.N. não fôra consultada sobre o documento. O próprio presidente tinha sido por êle surpreendido. Quando foi apresentado, em grande sigilo, eu tive uma notícia vaga, pelo meu amigo Monteiro de Castro, chefe da Casa Civil. Mas não sabia bem o que era e guardei reserva. Não sei como, o caso filtrou para os jornais, provocou boatos e inquietações, e Café se viu compelido a dar conhecimento público do papel, no discurso referido. A repercussão foi enorme. Na Câmara, que terminava a sua legislatura, acenderam-se os debates. Percebi que tinha uma causa séria a defender, quando fui chamado por Eduardo Gomes ao seu gabinete. O ministro da Aeronáutica, signatário do manifesto, pediu-me que redigisse uma explicação para êle, e que falasse, na Câmara, justificando-o. Entre os meus papéis tenho a cópia do trabalho solicitado, com a seguinte nota, da mão de Anah: "Trabalho feito a pedido do Brigadeiro, sobre a proclamação dos militares. (1955)."

Tive também de explicar, na Câmara, a posição do partido, muito discutida e suspeitada. Acusavam-nos de urdir uma verdadeira conspiração. A 28 de janeiro profeti um longo discurso, no qual analisei todos os aspectos da situação.

Foi o primeiro apêlo em favor da união nacional, feito por mim no novo governo. A tese tinha ganho novo relêvo, ao ser patrocinada pelo manifesto dos militares. Mas, para mim, não era nova. Eu a havia defendido pelo menos três vezes da tribuna, nos dias trágicos de agosto.

Ao assomar à tribuna fui recebido, pelo plenário, com uma salva de palmas que me emocionou. Era o dia das despedidas da Câmara. Muitos dos deputados ali presentes não figurariam mais na outra, que ia se instalar. Por isto o início do meu discurso foi uma mensagem de adeus aos que partiam. Citei nominalmente alguns adversários, como Vieira Lins, líder do P.T.B., derrotado nas eleições, Roberto Morena, comunista, impedido de se candidatar, e Tancredo Neves, pessedista, que ficara incompatível por ter permanecido no governo como ministro dentro do prazo previsto pela Constituição. Quanto a êste, aproveitei a ocasião para desfazer a lembrança do penoso incidente em que nos envolveramos:

Desejo desta tribuna declarar ao nobre Ministro Tancredo Neves, de quem me separei em um debate veemente, que foi durante algum tempo o motivo dos comentários dos que se interessam pela vida política, que lamento a ausência do eminente

jurista e do brilhante orador e que faço a S. Ex.^a os votos muito sinceros para que retorne ao seio ameno da nossa provincia com os galardões que soube conquistar nas funções que exerceu no cenário federal.

Tancredo respondeu generosamente:

Quero agradecer profundamente emocionado a referência que me faz, tanto mais quanto, neste momento, V. Ex.^a enobrecceu as páginas dos anais desta casa com uma attitude das mais dignas.

Com êste remate público ficaram restabelecidas as cordiais relações que até agora mantemos. Quando da fundação do regime parlamentar, após a renúncia de Jânio, Tancredo Neves, primeiro-ministro, convidou-me para permanecer na pasta do Exterior. Foi a U.D.N. que vetou o meu nome, conforme ficará contado a seu tempo.

Proseguindo no discurso de 28 de janeiro, entrei a justificar a posição dos militares signatários do apêlo a Café Filho. Tinha bons argumentos para isso. Na verdade, não querendo atacar diretamente as forças armadas, os oradores trabalhistas e pessedistas tinham procurado desvincular o comportamento delas do segundo pelo Presidente Café. Segundo tais oradores o documento, em si mesmo, não era indebitto nem subversivo. Subversiva e indebita havia sido a attitude do presidente, ao dar-lhe cobertura. Meu discurso desmonta facilmente êsse sofisma. O discurso do presidente apenas transmitia, com alguns comentários prudentes, o texto que lhe fôra entregue. Como considerar sedicioso tal discurso e aceitáveis as advertências alheias que veiculava? Era difícil escapar ao dilema. Mostrei que a U.D.N. nada tinha com o preparo e a publicação do documento, que eram da exclusiva responsabilidade dos seus autores e do presidente, mas que reconhecia que a situação era aquela mesma. Era inegável que o governo anterior terminara numa revolução; era inegável que a situação nacional era ainda revolucionária e que dela não sairíamos legalmente sem a união nacional. Êste foi meu apêlo de encerramento.

Quero dizer como brasileiro, como udenista, apelando como deputado para todas as correntes políticas no país: estendamo-nos as mãos, encontremos um caminho comum ou êste país afundará nos desvãos sombrios do desconhecido.

Os anais salientam "palmas prolongadas" e "vivos cumprimentos" ao fim da exortação. Mas nada teria força para evitar a marcha fatal. No dia da morte de Vargas eu fizera apêlo semelhante ao que agora repeta. Em agosto de 1954, previa os funestos

resultados da divisão. O fim daquele ano, com o golpe de 11 de novembro, ia me dar razão.

A terceira legislatura se instalou a 1 de fevereiro. Logo de início pudemos obter na Câmara uma grande vitória, com a eleição de Carlos Luz para presidente. Eu fui um dos líderes das negociações que chegaram àquele resultado. De mim partiu a lembrança do nome do prestigioso deputado do P.S.D. mineiro, que hesitou bastante em aceitar a responsabilidade de dividir o bloco majoritário. Afinal conseguimos, também, o apoio do Partido Social Progressista, com a apresentação do nome de Teotônio Monteiro de Barros, paulista, para a vice-presidência, bem como de outras correntes. O pleito foi disputado, e provocou a emoção dos grandes dias. Anah compareceu ao meu gabinete e chefou o preparo e distribuição das cédulas. O anúncio da vitória foi um triunfo para nós. Cheguei a supor que havíamos conseguido iniciar a aliança que tanto preconizava. Mas era um erro. Já no dia seguinte, com a eleição do resto da mesa, as divisões internas se acentuavam. Flôres da Cunha foi reconduzido a vice-presidência, o que foi uma vitória do P.T.B., apesar da U.D.N. haver honrado seu compromisso com Teotônio. De qualquer forma a eleição de Carlos Luz fôra uma demonstração de força do governo. Não podíamos, no entanto, prever o que representaria ela, mais tarde.

O ano político, fora da Câmara, começava, também, com outro sucesso para a coligação antigovernamental.

O P.S.D. e o P.T.B. tinham descoberto a chave da sua união no Palácio da Liberdade. O candidato seria Juscelino que, com as notáveis qualidades para essa função, que tinha demonstrado na campanha para galgar o governo mineiro, tornava-se uma esperança, se não certeza de vitória. Móvel, falando bem, simpático, corajoso, dotado de indomida ambição, o governador mineiro era o homem a calhar para as necessidades. Cumpria, apenas, vencer os obstáculos militares, mas isto dependia só de decisão, para enfrentar ameaças, e habilidade, para proceder a envolvimento. Não faltou nem um nem outro dos requisitos.

Os elementos do P.S.D., que recebavam a volta à situação de 1954, que gerara a crise sem saída, procuraram inutilmente com posições diferentes com outros nomes do partido. Nereu Ramos, eleito senador e vice-presidente do Senado, recusou terminantemente competir na convenção. Muitos possedistas prestigiosos temiam os riscos da restauração das forças derrubadas. Entre eles os gaúchos João Neves e Peracchi Barcelos, sendo que este enfrentou corajosamente, na convenção, os companheiros desencadeados. Aos poucos o líder dessa corrente dissidente foi se revelando na pessoa do pernambucano Eitelvino Lins, a cujo relevante papel em breve voltarei.

A união em torno de Juscelino, baseada no grande eleitorado mineiro, mostrava, contudo, que o caminho do futuro não seria fácil.

Não podíamos, no entanto, desistir sem luta, sobretudo porque nossa luta era pela pacificação. Na sessão de 4 de março, em outro extenso discurso, voltei à tese de união nacional. Recusei como se impunha a fórmula que nos era apresentada, ou seja, a adoção da candidatura Juscelino, que representava exatamente o restabelecimento da velha situação, vista com reserva pelos militares.

A fórmula nova exigia solução nova.

Disse então:

O que não entendemos como união, por exemplo, é a imposição, não mais de um partido, mas de uma facção partidária; não mais de um grupo de nomes, mas de um só nome a todos os demais partidos e a todos os eleitores desta terra. O que negamos possa jamais se constituir em união é o processo que foi utilizado pelos nobres colegas e nossos eminentes patrícos do Partido Social Democrático, de proclamar, como no Evangelho: "Este é o homem"; de dizer: "Esta é a pessoa"; de indicar: "Este é o presidente".

Avisei, argumentei, exortei, inutilmente. Fui a exemplos internacionais, a casos históricos, apresentei a idéia de união sob todos os aspectos jurídicos e políticos. Em pura perda. A sorte estava lançada. Os adversários sabiam que acabariam vencendo, pelo menos a primeira etapa. Nada os deteria.

Entre os meus papéis referentes ao ano de 1955, encontro cópia do trabalho que, a pedido de Eitelvino Lins, redigi para ser distribuído, por aquela época, às lideranças partidárias. Era ainda um apelo à união nacional na sucessão. Nêle sintetizava os argumentos do discurso em períodos como os seguintes:

O que se encontra gravemente desajustado no Brasil não é, pois, a cópula das instituições jurídico-políticas, mas as bases em que elas se assentam. [...] Não devemos, por outro lado, esquecer, que a estabilidade política relativa de que gozamos poderá vir a sofrer, por repercussão, os abalos causados pelos desajustamentos dos outros fatores mencionados, tal como tem ocorrido em outros países em várias épocas. Em tais condições parece-nos evidente a necessidade de uma união das correntes políticas em torno de soluções que visem, não à vitória eleitoral de partidos ou alianças de partidos sobre forças concorrentes, mas à formação de um governo que possa exercer suas funções em ambiente tanto quanto possível isento de lutas facciosas e que, sem quebra da fiscalização que é essencial ao regime, leve acante, com poderoso

apoio, a obra de reconstrução política, administrativa e moral que a nação está a exigir.

Depois de lembrar o aviso feito pelos militares, insistia na teimosa previsão de dias difíceis, caso prosseguissem as lutas acirradas.

Na sessão do dia 7 voltei ao assunto, em discurso caudaloso, que durou horas e que foi feito em duas partes, pelas exigências do tempo regimental. Os debates se travavam com alguns deputados da nova legislatura, cujo bilhete de ingresso na Câmara datava das recentes eleições, tais como Josué de Castro, Adauto Cardoso e outros. Um deles tivera votação triunfal na Guanabara. Era dos que me apoiavam em termos mais calorosos, mais encoimísticos: chamava-se Carlos Lacerda.

Os pessedistas tinham começado a sustentar, em concreto, que a união nacional deveria ser feita após as eleições, em tórnio do eleito. Nos meus discursos procurei destruir, com abundantes argumentos, essa esdrúxula pretensão. União depois da vitória—sustentava—era simples adesão. O que se impunha era uma escolha comum e um programa prévio preparado conjuntamente, sobretudo porque o risco verdadeiro, o perigo maior, estava na própria competição, dentro do quadro anormal em que se encontrava o Brasil.

No dia 18, infatigável, repiso idéias e argumentos. Esse discurso se destina, também, a rebater ataques pessoais que me haviam feito. O P.S.D. resolvera desviar a luta do terreno das idéias para o dos choques. Como eu me referira, de passagem, no discurso anterior, ao que chamei "batuta jogralesca" de Juscelino, elementos da representação mineira solicitaram fossem cortadas minhas palavras dos anais, por injuriosas.

Comecei defendendo-me da increpação, com citações de Rui Barbosa, Nascientes, Moraes, Viterbo, para mostrar o verdadeiro sentido das minhas expressões. Depois retruquei diretamente ao Deputado Alkmim. Na minha ausência, o meu patrício e amigo pessedista referira-se às juvenudes difíceis, dele e de Juscelino, trabalhando à noite nos Telégrafos, enquanto eu dormia regalado numa bela casa da Avenida da Liberdade, que êle chamou "a mansão dos Melo Francos". Eu seria assim um filho do papai, criado nas facilidades. A esta tentativa de me ridicularizar respondi no mesmo tom, com as seguitas palavras, que lamentei proferir também, na ausência de Alkmim:

Ora, Sr. Presidente, a história se repete, as situações sociais se sucedem. Acreditado, perfeitamente, que um jovem telegrafista de hoje, ao deixar também o trabalho de sua repartição, terá tantas oportunidades de apreciar, com igual langor, e com a mesma atenção, a não menos honrada e a não menos extensa, ampla,

confortável e tranqüila mansão dos Alkmims, em Belo Horizonte. Por conseguinte nada de novo existe na sucessão dos fatos e na sucessão das gerações. Apenas eu queria salientar a S. Ex.^a que, assim como certo escritor inglês disse que há filhos que escolhem pais, eu gostaria de citar que, segundo é de meu conhecimento, certo escritor chinês disse que há pais que escolhem filhos. Nessas condições, Sr. Presidente, tanto quanto devemos admirar aqueles filhos que souberam escolher um ambiente tranqüilo, onde tenham passado a meninice, também devemos admirar, pelas mesmas razões, aqueles pais cujos filhos foram escolhidos para se retirarem do ambiente de aperturas e dificuldades em que transcorreu aquela mesma meninice, de forma que, na maturidade, pudessem exibir a seus concidadãos, graças a eminentes talentos na gestão de empresas, aquela tranqüilidade, amena para dias da velhice.

O P.S.D. mostrava-se agressivo naquele dia. Parece que o recém-eleito Deputado Hugo Napoleão, do Piauí, meu amigo e ex-collega do Banco do Brasil, havia sido escolhido para o ataque. Seus apertes foram rudes. A êles respondi com ironia, mas também com vigor. As vezes o florete fere, e a esgrima pode virar duelo.

15 DE ABRIL Etelvino Lins, que assumira a chefia da dissidência do P.S.D., aparecia como o nome mais natural para ser o candidato das forças que

apoiavam o governo. Esta nuança se impõe. Candidato das forças governistas não era o mesmo que candidato do governo. Com efeito, Café Filho recusava-se a intervir no pleito. As razões justificativas da conduta do presidente na evolução dos acontecimentos políticos de 1955 constam das suas memórias. Não me compete, aqui, examiná-las. Insisto em que não procuro escrever um estudo histórico. A candidatura Etelvino dependia de uma união firme de nossas forças civis e militares. A verdade é que nunca senti bem esta união. No discurso com que, a 12 de maio, expliquei minha posição em face da candidatura de Juarez Távora, os fatos de que participei ficam perfeitamente esclarecidos. Em resumo, foram os seguintes:

Quando, nos três discursos de que fiz menção, defendi a tese da união nacional para escolha de um candidato à presidência, sabia que, na U.D.N., o nome em cogitação, para essa eventualidade, seria o de Juarez. No correr de março dei notícia a três pessoas: ao mesmo Juarez, ao Brigadeiro (de cuja impugnação ao seu próprio nome eu queria ter definitiva certeza) e a João Neves, que era o líder dissidente pessedista ao qual me ligavam mais estreitos laços. O Brigadeiro confirmou que não poderia ser candidato pelas incompatibilidades criadas anterior-

mente na área populista, e concordou francamente com o nome de Juarez que, segundo ele, não era alvo das mesmas reservas que o seu. A João Neves quis prevenir da possibilidade do surgimento de um nome não-pessadista. Responden-me que não tinha objeção ao nome de Juarez, e que era talvez o elemento mais qualificado para obter o apoio dos dissidentes pessadistas. Surgiu ainda, João Neves, um nome pessadista para reforçar a chapa na vice-presidência, desde que esse nome não fôsse o seu. Chegou a vez de falar ao possível candidato, e aqui transcrevo, literalmente, a versão que dei da conversa, no meu referido discurso de 12 de maio:

Finalmente acistei-me com o General Juarez, no seu gabinete do Catete. Transmiti-lhe minha impressão sobre o surgimento de sua candidatura⁸⁷ e solicitei-lhe uma manifestação a respeito. Retrucou-me o general que não daria um passo junto aos seus amigos da U.D.N. para facilitar o movimento, mas que se reservava o direito de opinar, oportunamente, aceitando ou não a candidatura, conforme lhe parecesse que ela vinha, ou não, evitar uma solução inconveniente ao país. Lembro-me perfeitamente de que o general ajuntou que não estávamos em condições de marchar para a melhor solução, sendo que o que nos restava era impedir a solução pior, e que o seu comportamento futuro estaria na dependência de o seu nome poder servir a este objetivo.

O discurso de 12 de maio contém um relato minucioso, dia a dia, dos míúdos acontecimentos que, na triste política brasileira, podem gerar grandes resultados. Não vou pormenorizá-los, mas resumir-los, no que interessam. Desejo, porém, consignar que o meu discurso—cuja preocupação de exatidão se revela no fato raro de ter sido lido—não sofreu, na época, qualquer contestação válida, nem, que eu me lembre, de outra natureza.

É difícil explicar a conduta dos homens, e, muito mais ainda, interpretar as razões profundas dessa conduta. A posição de Juarez, naquele episódio, nunca ficou bem clara para mim, talvez, devo dizê-lo, porque nunca estive em contacto amigável com ele, nem sou conhecedor das pressões porventura exercidas sobre o honrado e ilustre brasileiro. Com esta ressalva necessária avango minha opinião. Penso que Juarez sempre desejou ser candidato. Era, de resto, uma justa ambição em alguém, como ele, que, desde o princípio do ciclo da revolução liberal brasileira, representara tão destacados papéis. Mas Juarez (contínuo nas minhas suposições) considerava duas coisas: primeiro, que teria certamente

o apoio da U.D.N., e, segundo, que tal apoio (e as duas experiências frustradas do Brigadeiro o demonstravam) não seria suficiente para ganhar a eleição. Cumprira, assim, alargar as bases populares de apoio, pensaria Juarez, mas isto só seria possível se ele não fôsse o candidato lançado pela U.D.N. As lutas de Jânio Quadros, mais tarde, com o estilo udenista, depois de candidato do partido, deviam obedecer ao mesmo raciocínio. A diferença estava em que Jânio ganhou, porque, sendo muito mais líder popular que Juarez, pôde atrair os votos das massas sem afastar os das elites. De qualquer forma, o comportamento de Juarez, aparentemente inexplicável, com suas idas e vindas, suas "crises de consciência" e decisões subitâneas, se desvenda, para mim, com aquela explicação simples.

Da entrevista sai com a impressão de que Juarez aceitaria ser candidato, uma vez que a candidatura Juscelino, com as suas implicações inevitáveis, não poderia ser por ele considerada como a melhor solução para o país.

No dia 4 de abril houve uma reunião em casa de Cordeiro de Farias, na qual observei que minha impressão era a da maioria dos presentes. Ali se constituiu uma comissão, composta de Artur Santos, Arruda Câmara, Raul Pilla e Peracchi Barcelos (U.D.N., P.D.C., P.L. e P.S.D. dissidente), que deveria coordenar a decisão na manhã seguinte. Naquele mesmo dia Artur Santos e Arruda Câmara jantaram em minha casa, e eu os exortei a que procurassem Juarez para obterem dele uma palavra definitiva. Concordando com a sugestão, aqueles dois deputados visitaram o general na manhã de 5, e tiveram também impressão favorável da aceitação, embora o general não fôsse, nunca, categórico. Ainda naquela manhã a comissão interpartidária opinou preliminarmente pelo nome de Juarez, com a abstenção, creio, de Peracchi Barcelos. À noite deveria ter lugar nova reunião para que se chegasse à indicação definitiva. Artur Santos, porém, dessejou um encontro, na minha casa, com os principais companheiros de partido, a fim de que ele pudesse levar credenciais firmes da U.D.N. para a reunião da noite. O encontro deu-se durante a tarde, com a presença de numerosos congressistas e dois governadores. A inclinação pelo nome de Juarez se confirmou claramente. Ia a conversa em meio, no meu escritório, quando sou chamado ao telefone, dentro de casa. Fui atender e era Juarez. Aqui volto a transcrever o que consta do meu discurso de 12 de maio:

87. Minha impressão favorável sobre a candidatura de Juarez era antiga. Ainda antes da morte de Vargas eu a transmitia a alguns amigos, inclusive um jornalista, que publicou a confidência.

Começou o general por acentuar que telefonara, antes, para a residência do Dr. Artur Santos, mas, sabendo que ele se encontrava em minha casa, pediu-me que lhe transmitisse um recado. O recado era o seguinte: como parecesse ao general que, na visita que lhe fora feita pela manhã, poderia ter ficado no espírito de

Monseñor Arruda Câmara e do Dr. Artur Santos a impressão de que ele concordaria com o lançamento do seu nome, achava conveniente prevenir que não autorizara tal providência. Ajustou que, antes de tudo, queria ficar bem com a sua consciência, e que não daria um passo fora dos rumos que ela lhe traçasse. Naturalmente suprimiu com aquela declaração, e desejo de minorar-lhe as conseqüências, ponderei ao general que o recado não podia ser dado só ao Dr. Artur Santos, visto que ele se achava reunido com numerosos companheiros. A declaração seria, assim, transmitida ao partido. O general observou, com firmeza, que isto seria melhor, visto que evitaria delongas e mal-entendidos. Dessejo, ainda, de salvaguardar a minha responsabilidade, perguntei ao general se poderia considerar a sua palavra como decisiva. Respondeu-me o Sr. Juarez Távora que, como ele não queria de forma alguma procrastinar a deliberação da U.D.N., eu deveria considerar as suas instruções como decisivas.

Ficávamos em situação muito delicada. A declaração final de Juarez mostrava que, se a resolução da U.D.N. fôsse adiada, seria possível que ele aceitasse o lançamento de seu nome. Mas a U.D.N. não poderia adiar, porque seus compromissos com o P.S.D. dissidente exigiam pronto cumprimento. Esperávamos muito do alargamento daquela brecha, do aumento daquela votação. Era, repito, a única oportunidade para a união de partidos que desse perspectivas eleitorais à U.D.N., cuja força minoritária só conseguia predominar, desde 1945, pela força das armas.

Nós já havíamos aceito, em princípio, os nomes do P.S.D. dissidente. A saída que nos restava era, agora, examiná-los concretamente. Al começamos a nos isolar das demais forças contrárias a Juscelino. Na mesma tarde Arruda Câmara procurou Juarez e saiu convencido de que o general recusava a candidatura "naquelas circunstâncias ou naquela oportunidade", mas que poderia reconsiderar, mais tarde, essa atitude. Ao lado dos democrata-cristãos ficaram os libertadores. Nós, udenistas, é que não podíamos ficar "como a mãe de São Pedro". Tínhamos de tomar posição, pois esta era exigida pelos possedistas que, confiados em nós, haviam rompido com o próprio partido. Naturalmente preocupado com a fluidez do panorama, eu, na presença de Artur Santos, telefonei para Eduardo Gomes. O Brigadeiro, a quem fiz relato fiel dos últimos acontecimentos, concordou com a decisão tomada, que era a de conferir poderes a Artur Santos para decidir na reunião da noite. Eu ainda disse a Eduardo que a solução provável seria a indicação de um nome do P.S.D. Ele não se opôs; apenas não manifestou preferência por nenhum dos que tinham sido citados por Peracchi na reunião da convenção do mesmo partido. Foi o que Artur Santos fez, na reunião noturna, a que também compa-

rei, cumprindo fielmente o mandato que recebera. Disse que a U.D.N. acompanharia o nome que o P.S.D. dissidente indicasse, desde que constante do grupo mencionado por Peracchi Barcelos. Foram os próprios possedistas que, sem nossa intervenção, se fixaram em Etelvino Lins.

16 DE
ABRIL Ficávamos lealmente presos à decisão dos possedistas dissidentes. Mas os libertadores e democrata-cristãos não se julgaram obrigados a

acompanhá-la. Forças a reboque, sua identidade conosco ia até a luta contra a candidatura de Juscelino. Não tendo participado, a não ser ocasionalmente, das negociações que haviam gerado a dissidência no P.S.D., não tinham as mesmas razões morais que nós para acompanhar aquela facção, desde que Juarez, por nós indicado e por ela aceito, nos abandonava com explicações confusas. Mas o prestígio do general permanecia forte, bem mais forte que o de Etelvino, em largas áreas do partido. Em breve verificávamos que nós, da direção e da liderança, que havíamos sido levados, nas condições descritas, à decisão tomada, estávamos sendo abandonados pelas bases. Não é raro que isto ocorra, em política. Não é, talvez, justo. Mas é um fato da vida. Elementos udenistas, principalmente Adauto Cardoso, começaram entendimentos com dirigentes democrata-cristãos, sobretudo Gustavo Corção, cujas ligações com Juarez iam ao ponto de se dizer que seria o futuro chefe da Casa Civil. Eu sentia que o movimento aumentava, compreendia, no fundo, as suas razões determinantes e o seu caráter espontâneo. Mas fiquei firme com Etelvino, até que ele mesmo, não querendo prosseguir no incômodo papel de candidato em retrocesso dentro das próprias forças, resignou. A U.D.N., então, evoluiu toda para Juarez, com Milton candidato à vice-presidência.

Café mantinha-se discreto, e, mesmo, alheio. Não sei se por não reconhecer no governo capacidade para decidir, ou porque nenhum dos dois, Etelvino ou Juarez, lhe despertasse verdadeiro interesse. O governo tinha ministros udenistas, Raul Fernandes, Kelly, Eduardo, mas estava longe de ser um governo udenista. Uma vez, jantando com o presidente na Gávea Pequena, disse-lhe, em tom de blague uma verdade: "Você gosta de certos udenistas, mas detesta a U.D.N."

De fato, a ação política do presidente esbarrava em vários obstáculos. Seu partido e seu Estado eram de reduzida expressão. Sem ser getulista, fôra eleito com Getúlio, e sua ascensão na vida pública não se processara em moldes conservadores, que pudessem tranquilizar os militares. A queda de Vargas fôra devida a estes últimos, e eles não pareciam resignados a se marginalizar. A situação deles, então, não era, ainda, a de hoje, mas já marchavam

para alcançá-la. Hoje, eles se consideram capazes de impor soluções políticas. Naquele tempo, desejavam evitar as que lhes não aproovessem. A declaração dos comandantes feita ao presidente significava bem isso. Mas nem Café, nem nós, podemos evitar que a reorganização das forças desbaratadas em 1954 surgisse ameaçadoramente. Café preferiu abster-se. Nós continuamos a luta, sem grandes esperanças. Desde logo duas correntes se definiram, cada qual englobando civis e militares, entre os adversários da coligação P.S.D.-P.T.B. Uma corrente procurava, dentro da Constituição, recursos e, mesmo, expedientes que obtivessem a provável vitória de Juscelino, não por ela, mas pelo que supúnhamos que através dela viria. Eu me situava nessa corrente legalista. Outros udenistas de destaque a integravam, como Kelly, Artur Santos, Milton Campos, Eduardo Gomes.

Tateando as possibilidades políticas e jurídicas, tomou a U.D.N. várias iniciativas, todas malogradas. Expurgo dos alistamentos fraudulentos, controle eficaz das eleições, tese da maioria absoluta, exclusão dos votos dos comunistas e outras medidas, tudo tentamos, em vão. Durante o ano inteiro, antes e depois do pleito, minha ação na Câmara foi dirigida no sentido da obtenção dessas garantias, que não tínhamos condições de impor. Quem releu os discursos, dirigidos embora a objetivos diferentes, verá que a reforma eleitoral, os protestos contra a fraude, a defesa da maioria absoluta (a pedido do Brigadeiro cheguei a apresentar projeto de emenda constitucional nesse sentido) e a denúncia do apoio comunista eram aspectos do mesmo grande esforço de levantar uma barreira contra a vitória dos elementos derrubados em agosto, e que se reuniam para nos derrubar. Seus porta-vozes mais atuais, a partir de meados do ano, foram Alkmim, pelo P.S.D., e Brizola, pelo P.T.B. Um hábil, outro ardoroso, encastelavam-se na defesa da legalidade e nos acusavam de golpistas.

Desde que puderam envolver o ingênuo e ambicioso ministro da Guerra, já mais para o fim do ano, nossa situação piorou muito. Foi sempre falando em lei e nos acoimando de golpistas que eles conduziram as coisas até 11 de novembro, quando puderam dar o golpe e rasgar a lei.

Numa passagem histórica tão confusa, como a de 1955, é difícil dizer quem era sincero e quem não o era, quem estava com a legalidade democrática e quem a pretendia abater.

Dentro da U.D.N. havia uma forte corrente golpista, é verdade. Seu líder incontestado era Carlos Lacerda. Na tribuna da Câmara e na *Tribuna da Imprensa* o deputado-jornalista começou a defender abertamente a criação de um "estado de exceção", que deveria durar dois anos. Não fundo seria uma ditadura a prazo certo. Minha posição de líder era terrivelmente difícil, com aquele colega ao lado, vigoroso orador e escritor, já então alvo de um

crescente fanatismo pessoal e de confiança nos meios militares jovens. Suas tiradas, suas propostas, quase sempre insensatas mas também quase sempre brilhantes, tinham maior repercussão que minhas explicações. Certa vez condenei publicamente as suas idéias. A ala legalista do partido, que era majoritária, estava comigo. Mas passei a ser atacado no jornal de Lacerda, como já havia sido em outras oportunidades. Era uma vida incômoda; um caminho de urzes. Que poderia, porém, eu fazer? Só me cumpria manter-me fiel a mim mesmo e tocar para diante. A luta pela reforma eleitoral foi a última grande batalha travada antes do pleito. Eu consegui a cédula única, mas não, ainda, a cédula oficial, que só veio em reforma posterior.

Por cédula única se entendia um modelo uniforme de voto determinado pela Justiça Eleitoral. Terminavam, com ela, as cédulas individuais dos candidatos. Mas a cédula única, nos termos da lei aprovada, poderia ser distribuída pelos partidos e não o seria, necessariamente, pelos mesários, nas sessões eleitorais, como se dá com a cédula chamada oficial. Ali viam, com razão, a possibilidade de uma coação dos partidos sobre o eleitorado do interior. Mas a culpa não era minha. Eu não pude evitar o meio-térmo e tive de votar por ele.

Para mostrar a luta de bastidores que era a minha vida, de líder naquela época, vou transcrever, aqui, as notas tomadas por Anah, a respeito da batalha da cédula oficial. As notas são em forma de diário, e retratam dia a dia o meu esforço para reunir a política em torno de uma solução que evitasse o golpe, que, afinal, veio.

QUINTA-FEIRA, 11 DE AGOSTO

Reunião da bancada da U.D.N. na Câmara, à 1 e meia da tarde, reunião esta pletizada pelo Adauto e o Balseiro que queriam que o partido se manifestasse contra o discurso do Camrobert, ou pelo menos contra o golpe, pela legalidade.

Depois de debaterem o assunto resolveram que o partido não se manifestaria antes de tentar novos esforços pela adoção de medidas que atenuassem a tensão existente. Para isso incumbiram o líder de procurar os chefes dos outros partidos e fizesse novos esforços para conseguir a votação da cédula oficial ou da emenda parlamentar. Deram uma nota oficial nesse sentido.

Saindo da Câmara o líder procurou o Brigadeiro no Ministério, a quem relatou o que tinha acontecido: este se mostrou de acordo com tudo. Tinha chegado havia poucos instantes do Norte e já tinha conhecimento do manifesto comunista apoiando a candidatura Juscelino-Jango e chamando os militares de vendidos, o que muito o irritara.

No mesmo dia 11 o líder procurou, na Câmara, se comunicar com pessadistas da direção do partido, tendo conversado com o

Alkmim e com o Nelson Omega, do P.T.B., e também com o Cerdina, do P.S.P.

À noite do mesmo dia 11, estêve aqui em casa, às 10 e meia, o Alkmim, que ouviu com atenção as reivindicações da U.D.N., se comprometendo a conversar com o Amaral Peixoto e a marcar um encontro para o dia seguinte. Saíram juntos, depois de conversarem, e Afonso foi, já quase à meia-noite, à casa do Jango, a quem o Omega pediu uma entrevista em nome do líder da U.D.N.

Presentes o Jango, o Omega e Afonso, o líder da U.D.N. tornou a fazer as mesmas considerações da necessidade de se unirem em torno de uma dessas medidas: cédula oficial, parlamentarismo, e até maior absoluta.

O Jango mostrou-se compreensivo, disse que não se opunha a nenhuma das três, mas que considerava que ao P.S.D. cabia a última palavra, por ser o partido majoritário e por ser o partido do candidato.

SEXTA-FEIRA, 12 DE AGOSTO

Depois de jantar no Country, às 10 e meia, Afonso encontrou-se com o Amaral Peixoto, no hotel Califórnia, no apartamento do Alkmim. Tiveram longa conversa, de seguramente 3 horas, em que foi novamente exposto o desejo da U.D.N. Não se mostrou muito acessível o presidente do P.S.D. Dizia que o partido já tinha se manifestado inteiramente contrário à cédula oficial e que era preciso conversar com o candidato e saber em que disposição se encontrava o partido. Prometeu uma resposta para uns três dias depois.

SÁBADO, 13 DE AGOSTO

Casamento civil de Afonsinho, às 11 e meia, seguido de almoço. À tarde, às 6 horas, estiveram aqui em casa o Adauto e o Baileiro, a quem Afonso contou as démarches que tinha feito.

DOMINGO, 14 DE AGOSTO

O Brigadeiro veio aqui às 2 e meia, ficando até quase as 5 horas, tendo Afonso exposto a ele também tudo que havia feito. Combinaram uma intervenção dele, Brigadeiro, junto ao Cardeal, para conseguir nova manifestação pela adoção da cédula oficial, para que se desmanchasse a má impressão causada pela declaração da véspera. O que foi feito. Combinaram também uma possível pressão dos chefes militares, o que parece também ter sido feito.

SEGUNDA-FEIRA, 15 DE AGOSTO

Casamento religioso de Afonsinho.

À noite Afonso procurou o Roberto Marinho, no O Globo, e

combinou com ele a nova entrevista com o Cardeal, já prevenida pelo Brigadeiro, o que foi feito, tendo saído a entrevista no jornal do dia 16.

TERÇA-FEIRA, 16 DE AGOSTO

Veto na Câmara e novas conversas. Visita do Alkmim ao gabinete do líder, onde lhe foi mostrada a entrevista do Cardeal, acabada de sair; mostrou-se apreensivo, pediu o carro emprestado e saiu para conversar com o Amaral, que devia partir para São Paulo naquela tarde. De volta à Câmara, tornou a encontrar-se com Afonso no gabinete do Capanema, onde também estava o Osvaldo Penido.

QUARTA-FEIRA, 17 DE AGOSTO

Ida do General Lott à Câmara e declarações dêste feitas aos jornais. Chamado de São Paulo o Juscelino. Conversa sigilosa do P.S.D. Notas dadas à imprensa. O Alkmim tinha ficado de dar uma resposta ao líder da U.D.N., na tarde dêste mesmo dia, sobre a orientação tomada pelo partido. Espera dessa resposta toda a tarde e toda a noite. Não houve resposta. À noite, comício do Juarez e do Milton, no Campo de São Cristóvão.

QUINTA-FEIRA, 18 DE AGOSTO

Reunião da bancada da U.D.N. na Câmara, à 1 e meia. Decisão de que o líder deveria falar quando achasse conveniente. Reclamação do Adauto de que a U.D.N. não devia falar sobre parlamentarismo sem audiência prévia do candidato. Foi-lhe respondido que não era assunto em que o candidato devesse ser ouvido, de vez que a bancada já tinha opinião formada sobre ele, e que, além disso, o Milton Campos tinha ficado encarregado de fazer um relato dos acontecimentos ao Juarez durante a viagem que estavam fazendo juntos a Mato Grosso.

Discurso do Alkmim respondendo ao ministro da Guerra. Depois do jantar, ida à casa do Hugo Napoleão, às 10 e meia, onde se encontravam, além do dono da casa, o Amaral Peixoto, Ulisses Guimarães, Alkmim e o governador do Piauí, Gaioso.

Conversaram longamente e se mostraram impossibilitados de aceitar a cédula oficial, por já terem tomado posição radical contra ela e agora ser já impossível voltar atrás, com a pressão militar, depois das declarações do General Lott.

Fizeram uma contraproposta. O Tribunal Eleitoral imprimiria e distribuiria as cédulas dos candidatos, que seriam entregues na mesa ao eleitor. Mas, além disso, queriam que os partidos também pudessem imprimir e distribuir suas cédulas.

Conversas telefônicas, na parte da manhã, com o Brigadeiro, Prado Kelly, Juraci, Mario Martins, Arruda Câmara e outros, dando conta dessa contraproposta, que foi considerada por todos inaceitável. Aviso disso a Capanema.

Depois do almoço, passagem pelo Ministério para ver o Brigadeiro, que manteve o seu ponto de vista, considerando ainda muito grave, nas classes militares, o efeito do acórdão do P.S.D. com os comunistas.

Na Câmara, conversas generalizadas. Formou-se uma comissão oficiosa de vários membros da Comissão de Justiça, que ficou encarregada de elaborar uma proposta de nova fórmula de cédula oficial, o que foi feito, apresentando essa comissão, no fim da tarde, o trabalho já feito. Essa nova fórmula, entretanto, foi considerada inaceitável pelo presidente do Supremo Tribunal Eleitoral, devido ao número excessivo de cédulas a serem impressas e distribuídas, já não havendo mais tempo para isso.

Saindo da Câmara, Afonso foi ao Catete para se avistar com o Kelly que ali estava despachando. Conversou algum tempo com o Monteiro de Castro, depois com o Kelly, que não deu maior atenção à conversa, e, finalmente, com o Edgard Costa, que deu a ele a impressão da inexecutabilidade acima mencionada.

Saindo do Catete, foi jantar na Glória Pequena com o Café e o Carlos Luz. O Carlos Luz já levava o tal projeto elaborado pela Comissão de Justiça da Câmara, mas o Café também estava com pouca confiança na aplicabilidade d'ele e manifestou-se a favor da cédula oficial que tinha sido feita pelo Tribunal Eleitoral, portanto sem nenhum cunho oficial nem pressão de qualquer outro órgão do governo.

Nessa mesma noite aqui estiveram o Artur Santos, Guilherme Machado e Rondon Pacheco.

SÁBADO, 20 DE AGOSTO

Visita de manhã do Odilon Braga.

Afonso telefonou ao Osvaldo Aranha, que prometeu conversar com o Amaral sobre a reforma parlamentar. Telefonou também ao Alkmir, que ficou de aparecer ainda na parte da manhã, mas cá não veio.

A tarde aqui estiveram o Virgílio Távora, Edilberto Ribeiro de Castro e Magalhães Pinto. Conversas sobre a situação. O Virgílio Távora externou a opinião de que, com cédula oficial ou sem cédula oficial, ele está convencido da intervenção militar.

Logo que eles saíram chegou o Barreto Leite com a notícia de que o P.S.D. ia pedir a transferência do Congresso para outro ponto do país, a fim de se livrar da coação dos militares. Enfim, boatos.

Pouco antes do jantar o Alkmir telefonou dizendo que viria aqui às 9 e meia. Às 9 e meia o Barreto retirou-se, mas o Alkmir só chegou às 10 e meia. Estêve aqui até 1 e pouco, e, em resumo, veio trazer a impressão de que o P.S.D. não aceita a cédula oficial, nem o parlamentarismo (isto é, que o Juscelino não era contra o parlamentarismo, mas que só poderia pensar em adotar a emenda depois de eleito...). Enfim, anunciou para o dia seguinte a palestra oficial do presidente do partido sobre o assunto.

Algumas pessoas informam que deve sair amanhã um editorial no Correio da Manhã, muito violento, contra os militares.

DOMINGO, 21 DE AGOSTO

Saiu realmente no Correio da Manhã um editorial violento e provocador contra os ministros militares. Afonso falou pelo telefone, para Petrópolis, com o Kelly, pedindo-lhe que conversasse com o Brigadeiro sobre a orientação a tomar. O Kelly ficou de responder mais tarde.

Reuniram-se, então, aqui em casa, o Artur Santos, o Edilberto, o Juraci, o Lafayette Coutinho e mais o Aluisio Sales e Otávio Thirso.

Mais tarde o Brigadeiro telefonou dizendo que tinha sido insitado várias vezes pelo Correio da Manhã para dar uma declaração sobre a fórmula preconizada pelo jornal. Que ele, então, declarara que era contrário a ela, que já em discursos anteriores, que cita, fizera declarações sobre o assunto. E que, por isso, o Correio da Manhã não gostara; que ele estava certo de que, se as suas declarações fossem favoráveis, o Correio da Manhã não acharia ruim ele se manifestar politicamente.

Mais tarde ainda, tendo sabido que o General Lott fizera novas declarações ao O Globo, Afonso telefonou ao Roberto Marinho, para saber que declarações seriam essas. Nada havia de inconvéniente para nós. Perguntado sobre o que aconteceria se não fosse aceita a cédula oficial, ele respondeu: "Só Deus sabe." Afonso telefonou novamente ao Brigadeiro para lhe contar isso. O Brigadeiro ri-se muito no telefone e disse que estava muito bem. Afonso combinou então com o Juraci falarem na Câmara e no Senado, respectivamente, apoiando e defendendo os ministros militares.

SEGUNDA-FEIRA, 22 DE AGOSTO

Estêve de manhã, aqui em casa, o Guilherme Machado.

Quase na hora de sair para a Câmara, à 1 e um quarto, Afonso recebeu um telefonema do Edgard Costa, pedindo um encontro, à tarde, em companhia do Alkmir, para tomarem conhecimento de uma nova fórmula que ele tinha elaborado e que tinha tido

o assentimento dos outros componentes do Tribunal. Afonso pro-meteu encontrar-se com elle, mas disse-lhe que não poderia dar assentimento a nenhuma medida sem prévia consulta aos ministros militares.

Afonso tentou falar para a casa do Café, onde este se encontrava, adormecido, para lhe perguntar se elle já tinha conhecimento dêsse substitutivo. Mas o Café dormia, não foi possível falar-lhe. Telefonou também ao Kelly, que almoçava no Bife de Ouro. Perguntou-lhe a mesma cousa. O Kelly mostrou-se surpreso, dizendo não ter conhecimento de nada.

Fomos à Câmara, onde Afonso fez um discurso contando toda a sua atuação, todos os entendimentos que tivera, todos os passos dados para conseguir a aprovação da cédula official ou da emenda parlamentar. Não tivera successo até o momento, mas continuaria se esforçando para obter uma dessas medidas que tranquilizasse o país.

Terminada a sessão, dirigiu-se com o Alkmin ao Tribunal Eleitoral, onde lhe foi mostrado um rascunho de um novo projeto, escrito pela própria mão do Edgard Costa, e que lhes parecia, a elle Edgard Costa e ao Alkmin, perfeitamente satisfatório. Era o projeto que institua a cédula official única, impressa e distribuída pelo Tribunal, mas também dando liberdade aos partidos para imprimirem cédulas idénticas e distribuírem ao eleitoral.

Encaminharam esse novo projeto à Comissão de Justiça, que se reuniu nessa mesma noite para tomar conhecimento d'elle. Afonso votou à Câmara para corrigir o discurso e veto para casa, deixando vários companheiros na Comissão. Não teve, nessa noite, conhecimento integral do resultado da votação do projeto na Comissão.

TERÇA-FEIRA, 23 DE AGOSTO

Telefonemas do Raul Fernandes, Artur Santos, Monteiro de Castro, contra a adoção do novo projeto do Tribunal Eleitoral.

As 11 e meia Afonso saiu para ver o Brigadeiro, tendo, previamente, marcado um encontro com o Kelly para as 2 horas no Ministério da Justiça.

O Brigadeiro não estava satisfeito com a nova fórmula proposta, achando, como nós, que ella tinha sido combinada com os pessoas que nos tinham dado esse novo golpe que não podíamos esquecer o getulismo do Edgard Costa; mas reconhecia a impossibilidade do Congresso recusar a discussão dela. Insistiu na manutenção do dedo sujo e falou no possível adiamento das eleições. Com o Kelly estava também o Herbert Levy. Ambos opinaram no mesmo sentido.

Na Câmara havia veto. Foi convocada uma reunião da bancada para pouco depois. Tendo esta se reunido, foram debatidos vários

aspectos da fórmula proposta pelo Tribunal Eleitoral e aceitas unanimemente as emendas propostas pelo líder, ou seja: a disposição alterada dos nomes nas listas, e a utilização das cédulas impressas pelos partidos somente nos lugares em que não houvessem chegado aquelas fornecidas pelo Tribunal.

Afonso permaneceu na Câmara redigindo essas emendas até a hora da sessão noturna, convocada para discussão da matéria. Nessa sessão Afonso foi à tribuna para discutir a questão regimental e constitucional sobre se o projeto seria apresentado como projeto oriundo da Comissão de Justiça ou como emenda ao projeto já existente no Senado, o que modificaria sua tramitação.

QUARTA-FEIRA, 24 DE AGOSTO

Comemorou-se hoje na Câmara o 1.º aniversário da morte do Getúlio. Foram designados para falar o Paulo Pinheiro Chagas e Francisco Mascarenhas. Afonso não foi à sessão. A U.D.N. achou melhor, de acôrdo com o procedimento do P.T.B. no dia 5, não comparecer em sua maioria.

O Capanema, a quem Afonso telefonou durante a tarde, disse que tudo transcorreria em perfeita calma. Nessa mesma tarde Afonso foi ao Hospital Central do Exército deixar um cartão para o Canobert, que aí se achava internado.

À noite houve sessão noturna para discussão do projeto da cédula única, ocasião em que discutiu, particularmente com o Capanema, uma por uma, as emendas apresentadas.

QUINTA-FEIRA, 25 DE AGOSTO

Reunião da bancada, à 1 e meia, na Câmara. Discussão sobre as emendas. Levantou-se a reunião para que os deputados comparecessem às homenagens ao Dia do Soldado.

Volta à reunião. Carlos Lacerda fez declarações definitivamente golpistas, explicando as razões de ordem pessoal que faziam com que elle agisse, mesmo em desacôrdo com o partido, contra a eleição do Juscelino e do Jango. Pediu-se sigillo completo quanto a essas declarações.

Ida de Afonso ao Tribunal Eleitoral para conversar sobre as possibilidades de uma palavra do presidente em favor das emendas pleiteadas pela U.D.N. Pessoalmente, o Edgard Costa aceitou duas: a que especifica que a cédula já venha com a sobrecarta obrigatoriamente e aquella que exige a igualdade tipográfica, oferecendo até os préstimos do Tribunal para fornecer aos partidos matizes iguais às que fossem utilizadas pelo próprio Tribunal. Quanto às outras emendas, não achou possível concordar porque ellas significavam justamente o ponto em que os nossos adversários

haviam transigido para que fosse por eles aceita a fórmula da cédula única.

Sessão noturna. Reunião da Comissão de Justiça, em que foram apresentadas as emendas.

SEXTA-FEIRA, 26 DE AGOSTO

Reunião da Comissão de Justiça às 10 da manhã, para votação das emendas. Foram rejeitadas as emendas da U.D.N., salvo uma ou duas, de menor importância.

Sessão noturna, para votação em plenário tanto das emendas quanto do próprio projeto. Afonso falou, para encaminhar a votação. A U.D.N. defendeu todas as suas emendas, mas foi derrotada em todas elas. A sessão prolongou-se até às 3 horas da madrugada. No dia seguinte, sábado, houve sessão extraordinária, para votação da redação final do projeto da cédula única, como ficou sendo chamado.

E assim terminou o episódio da cédula oficial.

Nessa mesma noite embarcamos para Belo Horizonte, a fim de assistirmos ao comício de Juarez, que ali devia se realizar no dia seguinte.

Aqui terminam as notas de Anah. A respeito do assunto proferi exaustivos discursos a 22, 23 e 26 de agosto, examinando-lhes os aspectos jurídicos e relatando a marcha das negociações que, a respeito, empreendera como líder.

Aquilo que havia sido uma vitória parcial, conquistada a duras penas, foi apresentado por Carlos Lacerda como uma derrota total; e eu como um bobo, iludido pelos mágicos do P.S.D. Era infernal. Eu não me abatia, propriamente, mas começava a me enfadar daquilo tudo, chegando à conclusão de que não valia a pena continuar, nem na liderança nem na Câmara. Foi nas lutas de bastidores de 1955 que comecei a afagar a idéia de não mais me candidatar a deputado, em 1958. De então data, também, minha repugnância atual pela intriga política.

A campanha eleitoral prosseguia. Não me envolvi nela, nem nunca a isso fui convidado. Nunca Juarez me pediu que o acompanhasse numa viagem, que colaborasse num discurso, que participasse de uma reunião. Na convenção udenista que ratificou a sua candidatura, depois da desistência de Etelevino, eu falei como líder, e o meu discurso, nas entrelinhas, era o relato das tergiversações que tinham prejudicado o partido. É provável que Juarez não tivesse gostado. Aliás, naquela noite, ao me cumprimentar pelo discurso, ele observou que, enquanto eu falava, estava apreensivo e pensando em como ia responder. A verdade é que fiquei à margem da campanha, coisa que, de resto, não me aborrecera.

Mas outubro chegava, e, com ele, o pleito. Quando se configurou a vitória da chapa Juscelino-Jango, ainda que por margem menor do que a esperada, recrudescceu a inquietação nos meios políticos e militares. Começou-se a pensar na anulação das eleições. Pretextos não faltavam; o que se desejava era evitar a volta do sistema derrocado em 1954.

Eduardo Gomes, que era sincero adepto da linha legalista, explicava-me que urgia encontrar uma saída para o impasse que vinha se aproximando. Pensava na sustentação do princípio da maioria absoluta, para ele implícito na Constituição, e, também, num processo de se rever o pleito por causa da influência que os votos comunistas—partido excluído da vida política—tinham na vitória de Juscelino.

Para auxiliar-me na sustentação desta tese, Eduardo entregou-me, no domingo, 8 de outubro, na minha casa (quer dizer, logo após o pleito), um estudo de Raul Fernandes, escrito de próprio punho, e que conservo no meu arquivo.

Estes eram os argumentos de Raul Fernandes:

O Partido Comunista está fora da lei. Mas, sem embargo de proscrito por ser um partido subversivo da ordem constitucional vigente no país, ele existe na clandestinidade. Seus componentes, eleitores alistados, são cidadãos ativos e exercem desembaraadamente o direito de voto. Não poderão, entretanto, agir sob comando do qualificado chefe do partido e intervir disciplinadamente numa eleição. Uma coisa é os comunistas, individualmente considerados e alistados eleitores, serem admitidos a exercer, validamente, o direito de voto. Outra, muito diversa, é agirem sob comando, e, assim agrupados, votar maciçamente em determinado candidato ou numa legenda. Neste último caso os comunistas agem como um partido, afrontando a lei que lhes veda a atividade política. Assim procederam os comunistas nas eleições de 3 de outubro, sob o império de um manifesto de seu chefe, Luís Carlos Prestes. Sua imprensa, disciplinadamente, esqueceu de um dia para o outro os deprimentes conceitos com que injuriava copiosamente o Sr. Governador de Minas Gerais, e passou a enaltecê-lo, com vigorosa propaganda, para o pleito presidencial da República, ao qual ele se candidatara, por indicação do P.S.D. e do P.T.B. Em massa compareceram os comunistas aos principais comícios eleitorais dos candidatos do P.S.D. e do P.T.B. à presidência e vice-presidência da República. Organizaram, mesmo, êses comícios e aí apareceram imantados com os adeptos desses dois partidos, para reivindicar a revogação da lei que proscreveu a sua atividade. Agindo in corpore e sob comando partidário exibido publicamente, o Partido Comunista saiu da clandestinidade e contribuiu decisivamente para a maioria de votos apurada para os candidatos do P.S.D. e do P.T.B.

Terminava o papel de Raul Fernandes mostrando que se a diferença, entre a chapa supostamente vitoriosa e a outra, fôsse menor que o número de legendas do Partido Comunista, apurado na última eleição a que êle comparecera, então era certo que a maioria em causa fôra obtida contra a lei expressa, devendo "a maioria se apurar para Juarez Távora e Milton Campos".

Raul Fernandes, com seu claro espírito jurídico e seu poder de síntese, exprimi bem no documento, que me foi dado pelo Brigadeiro, o que todos os adversários dos candidatos vitoriosos estavam pensando e querendo. Mas não seria possível consegui-lo, porque os correligionários daqueles candidatos, ativos e prevenidos, passavam, também, para a conspiração militar. Generais prestigiosos se juntavam aos que queriam evitar a anulação do pleito, além de Lott. Entre êles citarei, como exemplo, o nome de Nelson de Melo, amigo de Eduardo e de Juarez, que vinha da Revolução de 1930 e desfrutava de largo prestígio. Em breve, mesmo nos meios militares, ficaríamos em minoria. Eu estava vendo tudo isto, mas, integrado lealmente num sistema, marchava com meus companheiros.

Em cumprimento da orientação de se expurgar do pleito a votação comunista, e embora não contasse com o apoio de Juarez, a U.D.N. iniciou a tão decantada "batalla judiciária". Preparou recurso dirigido ao Superior Tribunal Eleitoral contra a validade do pleito. Na sua coluna do *Diário de Notícias*, Rafael Correia sustentava essa medida com argumentos perigosos. Para êle as forças armadas deviam intervir, para assegurar ao Judiciário plena autonomia de deliberação, imune de pressões políticas. Esta posição, que já beirava a subversão, era aceita pelos elementos mais prestigiosos da ala militar favorável a Juarez. Na inteliz rotina sul-americana, de que o Brasil não escapa na hora da decisão política, os dois lados entraram a conspirar com militares. Parece que foi então que Lott, opondo-se à nossa linha, passou definitivamente para o outro lado, e tornou-se o esteio do golpe contra o governo de Café.

17 DE
ABRIL. As coisas se complicavam, ainda mais, para nós, por causa da campanha francamente subversiva levada avante por Carlos Lacerda. As saídas legais não lhe convinham em absoluto. Não tomava conhecimento delas, e, quando tomava, era para cobri-las de pilhérias ferinas e remques aviltantes.

A sua própria tese de ditadura a prazo certo ou "estado de exceção", como êle dizia, não o contentava mais. Agora era a ameaça franca, descabelada: para êle Juscelino não tomaria posse, seria corrido a taponas—tal o que afirmava em tôdas as letras no seu jornal e na televisão, assumindo plena responsabilidade

pelo que dizia. Na Câmara era mais comedido—os adversários não o deixariam ir a tais excessos—, mas, dentro dos limites possíveis, ia às máximas inconveniências. Parecia que Lacerda estava no centro de um dispositivo militar poderoso, capaz de evitar pela força a posse do presidente eleito.

Não sei até que ponto os coligados vitoriosos acreditavam nisso. Talvez fingssem acreditar, pois a conspiração fantasma, abertamente pregada por Lacerda, era a melhor justificativa para a conspiração real, que êles iam urdindo, já agora com a participação de Lott.

Esta técnica dos coligados, de atacar simulando defesa, se manifestava, já, antes do dia da eleição, e só fêz accentuar-se, depois dêlle. Nas semanas que precederam o 3 de outubro não frequentei a tribuna. Logo depois do pleito também não falei, a não ser numa ligeira intervenção, no dia 7, para defender o Governador Juracy Magalhães, da Bahia, de acusações formuladas pelo nosso correligionário Luis Viana, quanto à atuação do primeiro na campanha de Juarez. Mas já a 21 respondia a um manifesto dos partidos coligados, lido por Arnaldo Cerdeira. O manifesto era, nas suas intenções, uma denúncia contra nós, embora não o dissesse. Formalmente constituía uma declaração, dos partidos signatários, pela defesa da legalidade democrática. Mas o fato, mesmo, de não ter sido a U.D.N. convidada a assinar (convite que não poderíamos recusar) mostrava o enderço e o intento do papel. Colhido de surpresa pela leitura, pedi logo a palavra. Prefere o tom irônico:

Observo que o flumejante documento traz as autorizadas assinaturas de muitos democratas do nosso país, como o Sr. Almirante Ernani do Amaral Peixoto, antigo interventor no Estado do Rio, por ocasião da ditadura; igualmente o eminente Sr. Ademar de Barros, homem público dos mais notórios da nossa geração e interventor em São Paulo durante a ditadura. Não faltou, também, a assinatura do Sr. Deputado Paulo Baeta Neves, ^{ss} que exerceu, se não estou enganado, funções de relêvo na organização sindical, durante a ditadura. Então, assim, caracterizadas as autoridades incontestes dêsses teóricos da democracia em nosso país, no sentido de oferecerem, com outros eminentes democratas, um documento que venha trazer a segurança dos seus passados, como penhor e garantia da sua ação futura.

Reffiro-me, em seguida, à condenação, contida no manifesto, do princípio, por nós defendido, da maioria absoluta, e que pretendíamos entregar à decisão da Justiça. Eles, os partidos, con-

88. Os três eram presidentes, respectivamente, do P.S.D., do P.S.P. e do P.T.B.

denavam o princípio antes da Justiça tomar conhecimento da matéria. Era sintomático.

Com o seguimento da apuração e a confirmação da nossa derrota, a inquietação aumentava: do nosso lado, porque não sabíamos bem o que fazer; do lado oposto, porque não sabiam o que estávamos fazendo, e supunham—erroneamente—que estávamos preparando algo de coordenado. Na verdade tateávamos, entre divergências e temores. Juarez, coisa que o enobrece, declarou sua conformidade com os resultados que fôsem apurados. Não daria apoio a tentativas de anulações. Isto arrefeceu os que vislumbravam saída legal e estimulou os que propugnavam outras saídas.

Em estudo sob o título *Memorandum Confidencial Sobre os Resultados do Pleito sintetizo*, para uso dos leitores a que se destinava, as opiniões e argumentos mais fortes, em defesa da nossa causa. Versavam, todos, as questões da maioria absoluta, como consequência indireta, mas necessária, do nosso sistema constitucional, e da nulidade da votação comunista, dado que o partido intervieria ostensivamente no pleito como partido, processando-se, assim, uma aliança vedada pelo Código Eleitoral.

Como se não bastassem tôdas as complicações existentes, uma outra sobreveio: o afastamento do Presidente Café Filho, por motivo de saúde. Muita gente, então, e, mesmo, depois, duvidou da realidade daquela inoportuna doença de Café. Parecia um gesto deliberado de quem, não se sentindo com forças para influir decisivamente nos acontecimentos, preferia se afastar deles para não comprometer a sua posição, quem sabe se o seu próprio mandato em conclusão. Confesso que eu mesmo fiquei inclinado a esta interpretação. O golpe de habilidade, se verdadeiro, teria dado péssimos resultados. Mas não era verdadeiro. As memórias de Café Filho demonstram que êle adoeceu de verdade. De qualquer forma, a saída do presidente, naquela hora e por tempo incerto, e a subida de Carlos Luz, adversário notório das candidaturas vitoriosas, escureciam mais o ambiente. Vivíamos numa véspera angustiosa, não se sabia bem de quê.

No dia 28 de outubro o Deputado Alkmim, que desde algum tempo praticamente era o líder parlamentar da situação vitoriosa, fez um importante discurso, definindo a posição dela diante da conjuntura. A U.D.N. preparava, ou dizia preparar, o que logo se chamou "batalha judiciária". Parecia que o pleito ia ser impugnado perante a Justiça. Tôda a imprensa se ocupava disso. Eu mesmo fizera declarações, provocado por jornalistas, que causaram inquietação entre os adversários. O discurso de Alkmim e os apertes que ao meu discurso deram os Deputados Brizola e Bruzzi de Mendonça (êste comunista) não mostravam apenas inquietude, mas irritação. As provocações, de Brizola principal-

mente, eram claras. Queriam saber se nós nos conformaríamos com as decisões legais. Embora sabendo que contrariava tôda a ala golpista do partido, chefiada por Lacerda, mantive a minha coerente atitude legalista, ao concluir o discurso, que durara hora e meia, com estas palavras:

A U.D.N. não pode, de forma alguma, pleitear soluções, defender soluções, imaginar soluções, que não sejam aquelas que estejam concebidas, previstas e asseguradas pelas leis e pela Constituição Federal.

Mas não deixei de ajuntar, em conclusão:

Replemos as responsabilidades, que nos atribuem, pela possível superveniência de fatos que escapem ao controle dos poderes constituídos. Não estamos fazendo nada que seja impedido pela Constituição e pelas leis.

18 DE
ABRIL

Referindo-me à ação de Carlos Luz naqueles dias, devo transmitir minha impressão sincera a respeito dela, ainda que ressaltando a possibilidade de que seja equivocada.

Embora conhecesse Carlos Luz praticamente a vida inteira, eu não tinha com êle relações de intimidade suficientes para me permitir uma visão mais exata do personagem. Era um conhecimento antigo, mas superficial, fundado nas circunstâncias de provimos da mesma província e do mesmo meio social, ambos mineiros e pertencentes a famílias tradicionalmente políticas, sendo de se notar que a primeira esposa de Carlos Luz era minha parenta. Muitos dos seus antepassados tinham sido amigos dos meus. Os Luzes eram do Sul—êle próprio nascera em Três Corações do Rio Verde—, mas, pela família de sua segunda esposa, os Junqueiras, Carlos Luz fizera seu centro eleitoral em Leopoldina, na Mata. Sua ascensão política se fizera, nos moldes clássicos da primeira República, em Minas, com as contribuições específicas do espírito forte e dominador da Zona da Mata, por mim tantas vêzes ressaltado em trabalhos diferentes. Luz foi chefe municipal em Leopoldina, político estadual, inclusive secretário de governo, depois, no plano federal, deputado, ministro e, agora, como presidente da Câmara, entrava no Catete. Seu nome fôra cogitado com grandes chances para o Palácio da Liberdade, e até ali seria êle levado, com certeza, caso as condições políticas de Minas não tivessem mudado depois da Revolução de 1930, retraindo à Mata muito dos seus privilégios de dominação.

Luz era homem honrado, bem-pôsto, cortês, com larga experiência política, muito prestígio na sua região, bastante no Estado, e muita confiança em si. Era, porém, um político formado na Mata, no tempo da transição, e, por isto—inclusive pelos hábitos

de caciquismo dos Junqueiras—adquirira e costume e o gosto do mandonismo, de um tipo de mandonismo pessoal à Carlos Peixoto, à Raul Soares, à Artur Bernardes, que as novas condições históricas estavam levando à desagregação. Esta desagregação tornou incerta e erradia a carreira política de Carlos Luz, que, se desenvolvida dentro dos moldes clássicos, teria sido segura, ordenada e ascensional. É provável que ele sentisse a frustração de um destino irrealizado pela falta de condições do seu desenvolvimento normal. É provável, também (e aqui chego ao ponto em que lealmente confesso que posso estar enganado), que Luz, atuando em época perturbada e revolucionária, entendesse possível realizar o destino que julgava merecer, por métodos inatodosos ou especiais. Aliás ele tinha experiência dessa ascensão aos postos nos momentos anormais. Na Revolução de 1930, o então jovem político de Leopoldina fora chamado a substituir Capanema, na mais importante Secretaria do governo mineiro, em consequência de uma das freqüentes crises internas daquela época.

Agora coloquemos o personagem dentro do quadro de 1955. Carlos Luz integrara com Capanema, Cristiano Machado e muitos outros, a chamada Ala Liberal do P.S.D. mineiro, que, no início do governo Dutra, afastou-se da candidatura Bias Fortes para acompanhar a U.D.N. na eleição vitoriosa de Milton Campos. Virgílio desejou muito integrar definitivamente a Ala Liberal na U.D.N.—o que era a mais acertada providência—, mas encontrou invencível obstáculo à sua pretensão na resistência obstinada de Pedro Aleixo, e, possivelmente também, no desinteresse do próprio Milton. A verdade é que Luz, chefe à moda antiga, ficou um pouco marginalizado no seu partido. Sem a ductilidade de Capanema ou de Cristiano, desejando galgar a chefia desde logo, e por cima—à boa moda da Mata—, não há dúvida de que ele se indispôs com os possedistas inamovíveis, do tipo Bias Fortes ou Juscelino, que passaram a ter as maiores oportunidades dentro do partido. A escolha de Juscelino para candidato ao governo do Estado, e, em seguida ao do país, deve ter mostrado a Carlos Luz os desagradáveis resultados do seu afastamento em 1947. Ele se julgaria com mais justas razões para percorrer esse caminho. Com o tempo, essa impressão foi se acentuando, ao ponto de criar reservas no seu espírito, contra o sistema ortodoxo do P.S.D. mineiro, que muito tinham de rivalidade.

No episódio da sua aceitação à disputa da presidência da Câmara (epísódio de que participei, pois, como disse, fui eu quem levantou o seu nome), pude ver até que ponto era patente a má-vontade do antigo chefe da Mata contra um partido como o seu, dominado por políticos de zonas distantes, de poucos eleitores, como Juscelino ou Alkmim.

Agora Luz, no Catete, ainda que por pouco tempo, chegava

a uma posição de árbitro da ascensão definitiva do seu rival, ou da conformidade com o seu próprio declínio. Empossado Juscelino, voltaria ele à presidência da Câmara? Era mais que duvidoso. Aproximadas estas razões de fato do condicionamento psicológico do presidente interino, creio poder concluir, sem injustiça, que Carlos Luz pensou francamente em mudar a face das coisas, e tentou fazê-lo, servindo-se do velho sistema político brasileiro das razões de Estado servidas pela força militar.

No dia 9, à tarde, data de sua posse, fui visitá-lo em palácio. Encontrei-o no salão cheio de congressistas, inclusive numerosos adversários de Café Filho. Luz estava alegre, com ar habituado aos meandros palacianos. Lembro-me também de que, falando na Câmara sobre sua posse, Alkmim endereçou veementes advertências ao novo presidente. Havia qualquer coisa no ar, indefinida mas sensível.

As vezes os acasos criam os desígnios dos homens; as mais das vezes os desígnios dos homens aproveitam os acasos para se manifestarem. Creio que a última hipótese foi a válida, quanto a Carlos Luz. A doença de Café dera-lhe os poderes para intervir na evolução de um processo político cujo desfecho assentado não lhe agradava. O discurso ameaçador do Coronel Jurandir Mamede, na cerimônia em memória do General Canrobert, serviu como pretexto para aquela intervenção.

Lott, ministro da Guerra, já então inteiramente articulado no sistema Juscelino, puniu o coronel. Fundado em parecer jurídico, o Presidente Luz desautorou o ministro e relevou a punição. Desautorado, o ministro demitiu-se; Luz deu-lhe substituto, na pessoa do General reformado Fiuza de Castro, mas cometeu o erro ou a imprudência de adiar a posse para o dia seguinte, em vez de forçar a transmissão do cargo ali mesmo e, eventualmente, prender o General Lott. Talvez, assim, se evitasse o golpe, de outra forma inevitável.

Desde a tarde, eu, na Câmara, pressentia qualquer coisa de muito grave. Não decorrer da sessão fui procurado, no gabinete da liderança, pelo radialista Rubens do Amaral, que me trazia um recado reservado do diretor de *O Globo*, Roberto Marinho. Disse-me Amaral que naquele dia, almoçando em *O Globo*, um general (creio que Odilo Denys), havia afirmado que, se o ministro da Guerra fôsse demitido, o Presidente Luz seria deposto.

Telefonei para o Catete e chamei meu filho mais velho, que ali trabalhava, no gabinete de Monteiro de Castro, chefe da Casa Civil. Usando o telefone oficial para maior segurança, pedi a Afonsinho que transmitisse reservadamente o recado, que acabava de receber, ao chefe da Casa Militar, Coronel Canavarro Pereira.⁸⁹

⁸⁹ Com o afastamento de Juarez Távora para a campanha eleitoral, a Casa Militar ficou ocupada pelo subchefe.

Pouco depois Afonsinho chamava para o meu gabinete. Dera o recado, mas o coronel o tranquilizara. Estava tudo calmo, o ministro estava sendo substituído, e não haveria consequências. Lembro-me bem de que o coronel ajuntara que eu ficaria um pouco surpreso com o novo titular (era reformado), mas se tratava de homem de grande prestígio no Exército. Ainda incerto e desconfiado, fui para casa. Como nada de anormal fosse anunciado no rádio, convidei Anah e fomos jantar tranquilamente no Country Club. De madrugada, estava eu dormindo em casa quando o telefone chamou. Era João Agripino, transmitindo recado de Eduardo Gomes. Havia um levante, tropas se deslocavam para o centro, o Quartel-General estava todo iluminado e cercado. Mas, acrescentou Agripino, o "Brigadeiro parecia muito calmo". Era o golpe já vitorioso. Não vou relatar, aqui, o que houve. Como Stendhal, na *Chartreuse de Parme*, conto apenas o que pude ver, no pequeno setor que minha vista abrangia. E uma pega, na armação geral do jogo.

Levantei-me, vesti-me rápido e passei a telefonar para alguns amigos. Madrugada ainda, com escuro, os primeiros começaram a chegar. O primeiro, creio, foi Guilherme Machado, que morava nas vizinhanças. Guilherme estava conversando comigo, no escritório, e assistiu ao que agora conto. Toca o telefone. Atendo. Era Osvaldo Aranha. Lembrava-se do meu telefonema na madrugada de 24 de agosto. Agora chamava-me. "Preparei um apartamento para ti aqui em casa—disse—vem com a mulher e os filhos." "Porquê?"—inquiri. E ele: "Aí embaixo está chovendo muito;⁹⁰ aqui o tempo é melhor." "Osvaldo—disse eu—minha casa hoje é a Câmara; é para lá que eu vou." Osvaldo pensou um pouco e encurrou a conversa com esta bela frase: "Eu sabia que tu ias me dizer isto mesmo."

Mas a casa se enchia. A opinião dos companheiros, com raras exceções, era de que devíamos ir logo para a Câmara, enfrentar os acontecimentos. Eu também pensava assim. Em pouco me chamam do Almirantado. Era Monteiro de Castro. O meu amigo mostrava uma grande calma. O governo havia se retirado do Cateite para maior segurança. Mas estava ali, entre gente fiel. Tudo acabaria bem. Precisávamos era de firmeza na Câmara, no partido. Monteiro é corajoso. Mas eu não sou bôbo. Eu lhe disse rindo: "Vocês estão aí mas é com o rabo na cêra. Estão acudados. Mais do que nós." Monteiro riu, também, gostosamente. Só voltei a vê-lo a bordo do Tamandaré.

Resolvemos partir. Os amigos seguiram. Eu aguardava o automóvel. Nisto Anah me chama à sala da frente. Era Carlos La-

90. Osvaldo morava na encosta de Laranjeiras, onde hoje se encontra a Embaixada da Suíça.

cerda que chegava. Minutos depois apareceu um jovem oficial, de arma à vista, que soube ser o Capitão Caracas. Carlos vinha convidar-me a seguir com ele para o Arsenal e acompanhar o governo, que estava prestes a embarcar em um navio de guerra. "Você não tem mais nada a fazer aqui?"—disse ele, pegando a xícara de café com leite que Anah tinha ido esquentar na cozinha.—"Não há mais Câmara nem nada, vamos embora." Mas eu não podia ir, e dei-lhe as razões. Eu estava comprometido com os colegas; era o líder, meu lugar era na Câmara. Ele devia ir, estava muito visado, se ariscara muito. Eu não; eu ficava, ia para a Câmara falar.

Nisto chegou um outro jovem oficial, este da Marinha que também soube depois ser Baltasar da Silveira. Carlos Lacerda partiu com eles, no automóvel do oficial de marinha, deixando o seu próprio carro parado em frente à minha porta, coisa que nos valeu vários telefonemas ameaçadores, como se o dono estivesse escondido lá em casa.

Segui para a Câmara sozinho, no meu carro oficial. Passando pela Esplanada resolvi subir ao Ministério da Aeronáutica e falar com o Brigadeiro.

O edifício estava cercado por dois anéis concêntricos de tropas, um mais estreito, da Aeronáutica; outro, mais largo, do Exército. Os soldados, armados, não se hostilizavam, apenas se observavam. E curioso como, nessas horas, a calma é muito mais eficaz que a violência. Ao chegar junto à linha do Exército, desci do carro e fui me entender com um soldado que portava um fuzil-metralhadora. Identifiquei-me e disse que queria passar até o Ministério. Sem uma palavra, com um gesto de cabeça e outro do cano da arma que fez girar, indicou-me um superior à distância. Este me ouviu, polidamente, e fez, com a mão, sinal ao motorista, que avançou. Passei a linha. Chegando à outra, atravesssei-a mais ou menos da mesma forma. Na porta do Ministério, oficiais de pistola em punho me abriram caminho. No saguão encontrei um rapaz que me disse ser do gabinete do ministro da Viação, Marcondes Ferraz e que, não podendo subir até onde se achava o Brigadeiro, pois não lho permitiam, pedia-me que entregasse ao mesmo duas cópias da declaração que o Presidente Carlos Luz acabava de expedir. Esta declaração foi a mesma que li, pouco depois, da tribuna.

Entrei no elevador, subi, fui logo recebido. Eduardo Gomes mantinha a sua placidez habitual. Provavelmente já se sabia derrotado, mas não me disse. Envergava, sobre a calça cáqui o blusão de couro dos pilotos, próprio para a chuva inclemente daquela manhã. Dei-lhe uma cópia da declaração de Carlos Luz e fiquei com a outra. Quando eu entrava, um ajudante-de-ordens me confidenciou que o Brigadeiro se preparava para voar para

São Paulo. Mas êle também não me disse nada sobre isto. Apensas, respondendo a uma pergunta minha sobre o que ocorria, aludiu às suas tropas que se defrontavam com as do Exército na ponte do Galeão, ajuntando que Perdigão comandava aquela base e que até o momento estava tudo tranquilo. Insisti em saber sobre a marcha dos acontecimentos. Eduardo Gomes limitou-se a observar: "Não sei; acho a attitude do General Lott muito suspeita." Para êle era muito mais que suspeita, êle já sabia de tudo; mas, como sempre, pouco falava. Entrou, agitado, um oficial seu amigo, pequenino, nervoso, falando muito, sungando as calças em gesto maginial. Eduardo olhou-o, sorrindo afetuosamente da nervosia do outro.

Disse-lhe então, especulando com o que soubera: "Brigadeiro e se seguissemos para São Paulo, fazer lá o centro de resistência? Poderíamos levar deputados, abrir lá um outro Congresso." Eduardo pensou um pouco e depois: "Não sei se será possível. O melhor é abrir a Câmara aqui mesmo." Despedi-me. Fui para a Câmara. Ao entrar no elevador desta ouvi do cabineiro que me esperavam no gabinete do presidente. Passei por dentro do recinto para alcançar a outra ala, mas, ao tentar fazê-lo, fui obstado por um soldado armado que me disse, na entrada do corredor, ser vedada a passagem de pessoas estranhas. Amavelmente lhe observei que pessoa estranha ali era êle, visto que eu era deputado havia muitos anos. O soldado deixou-me passar. Entrando no gabinete presidencial encontrei-o repleto. Nereu Ramos e Flôres da Cunha (êste restritado e a garganta envolvida num cachecol de seda clara) ocupavam, juntos, uma ponta da mesa. Ao longo dela, sentados, numerosos deputados. Na outra ponta, de pé, Capanema falava. Coloquei-me, também de pé, a seu lado. Capanema defendia, com grande argumentação a tese do impedimento de Carlos Luz. Era a saída jurídica, a única, para evitar o pior. Flôres, que presidia a sessão, deu-me a palavra logo após. Em poucos minutos declarei que não aceitava a solução, e que ia conversar com os meus amigos. Se êles a aceitassem, outro líder desceria lá de cima. Lembro-me de que Emilio Carlos tentou convencer-me, mas Arnaldo Cerdeira cortou-lhe a palavra. Eu exprimia um ponto de vista. Deixassem-me livre para exprimi-lo. Reclamei, então, contra a presença da tropa dentro da casa. Flôres da Cunha chamou um funcionário. Que se certificasse e mandasse evacuar da casa a tropa. Pedi licença para ir ao meu gabinete. "Seja breve—disse Flôres—, a sessão vai começar." "Seja tolerante, presidente"—respondi.

A reunião se desfazia, com vários deputados dirigindo-se, já, para o recinto. Nereu aproximou-se e convidou-me a passar, com êle ao pequeno gabinete, no fundo, onde só havia uma escrivaninha, um sofá de couro e duas cadeiras. Ali, sentados ambos

no sofá, o vice-presidente do Senado, já àquela hora empossado pelas armas, desde a madrugada, na presidência da República, fez-me interessantes declarações que eu, mais tarde, achei-me no direito de publicar, no dia em que lhe prestei sincera homenagem, por ocasião de seu trágico desaparecimento. Eu gostava de Nereu, homem simples, honrado e forte; político brasileiro de linha tradicional e austera. Ele, também, sempre se mostrou meu amigo. Em um dia de encerramento de sessão legislativa, sendo Capanema e eu os líderes da casa, Nereu, no seu discurso fez-nos a ambos elogios que muito excediam o tom das expressões cerimoniais.

Pois bem, naquela perturbada manhã, Nereu Ramos, sentado ao meu lado no pequeno gabinete do presidente da Câmara, disse-me o seguinte, em palavras que guardei quase textualmente:

Há homens cuja opinião me interessa. Você é um destes. Quero, então, que saiba o que está havendo. Por mim mesmo não procurei a presidência. Fui procurado, em minha casa, por amigos e elementos militares⁹¹ que me expuseram a situação. De minha aceitação dependia a permanência do poder civil. Aceito a responsabilidade para manter a Constituição.

Eu ainda disse a Nereu:

Mas o senhor ficará tutelado. Pode ser um simples instrumento da ditadura. Se tal se der, o melhor é que o senhor a assumna pessoalmente, e tente uma nova solução política.

Eu falava convicto. Nereu pensou um pouco e disse:

Talvez, mas não tenho força para isto. Só espero manter o poder civil.

Esta última parte da nossa conversa não a transmiti no discurso acima mencionado.

Despedi-me de Nereu e subi ao meu gabinete. Em cima encontrei os companheiros irritados com a minha demora. Expliquei-lhes minha passagem pelo Ministério, a reunião de baixo, minha opinião sobre o que deveríamos fazer. Tive palmas. Podíamos descer. Fizemo-lo em bloco, pela escada nobre, eu cercado pelos bravos colegas da U.D.N. que nunca são mais unidos do que em momentos como aquêles, de luta e risco.

Antes da discussão, fui à tribuna para êste breve apêlo, que foi recebido com palmas prolongadas:

91. Mais tarde eu soube, por Ari Franco, que Nereu fez ministro do Supremo Tribunal, que um desses amigos era êle próprio. Um dos militares, se não estou enganado, era o Coronel Orlando Ramagem.

Sr. Presidente, na reunião de líderes que precedeu esta sessão plenária, tive oportunidade de declarar que a minoria não poderia participar de trabalhos, nos quais não predominasse a atmosfera de indispensável segurança e de absoluta garantia para a expressão dos pensamentos e dos votos da corrente que lidero.⁹² Insisto em que esta declaração foi formulada, não porque me estivesse sentindo, pessoalmente, de qualquer forma coagido, o que não era o fato, mas como o propósito de evitar que uma atmosfera de tumulto, de anarquia e de violência, pudesse retirar às deliberações que hoje, aqui, porventura serão tomadas, aquela necessária base de liberdade e de legalidade, que devemos preservar acima de tudo, para honra do país e prestígio do Congresso Nacional. Nesta base, a minoria reclama o direito de falar e o direito de votar. Esse direito Sr. Presidente, é inerente aos nossos mandatos, e é no sentido de mais uma vez cooperar para que os trabalhos transcorram nesse ambiente que secundo o apelo feito pelo líder da maioria, desta vez o endereçando aos meus correligionários, para que possamos manter os debates à altura que o momento histórico exige dos homens públicos deste país.

Capanema foi à tribuna, em seguida, para defender a tese do impedimento que arquitetara. Depois falei eu. Os ânimos estavam excitados. A resenha dos debates, publicada no *Diário do Congresso*, não exprime realmente o que foi a sessão.

Comecei dizendo que nossa posição era completamente oposta à preconizada por Capanema. Nós pretendíamos votar contra o impedimento, falar contra ele, enquanto nos pudessemos manifestar "na onda de treva que desceu sobre o nosso país, na cortina de ferro que acaba de dividir a liberdade da tirania nesta pátria". Li então, para contestar a tese do impedimento, a proclamação de Carlos Luz, exibindo o original assinado, concebido nestes termos:

Venho comunicar a V. Ex.^a e a essa Câmara que, resguardando a autoridade do cargo, de que estou investido, de presidente da República, e tendo em vista os graves acontecimentos desta madrugada que fereem de frente a nossa Constituição, que me mantenho no exercício daquele cargo, a bordo de uma unidade da nossa Marinha de Guerra, em águas territoriais. Apresento a V. Ex.^a os meus protestos de distinta consideração.

Baseado neste documento, e nos fatos que então pareciam prováveis, inclusive a instalação do governo legal em São Paulo, desenvolvi o meu discurso, impugnando, com abundante argu-

⁹². Referia-me à reclamação que havia feito, pouco antes, por causa da presença do que chamei "tropa rebelde" dentro do Palácio Tiradentes.

mentação jurídica, o impedimento constitucional do presidente. Nada provava a manifesta impossibilidade do presidente exercer as suas funções, alegada por Capanema. Qualquer decisão precipitada poderia levar o Exército a ficar contra a Marinha e a Aeronáutica; poderia levar à guerra civil. Fui interrompido por Ferrari, que informou ter o Almirantado declarado que seguiria a decisão do Congresso. Respondi imediatamente:

Mais uma razão para que esta decisão seja tomada acima do espírito faccioso; acima das improvisações da hora presente; acima das ambições, das aspirações e da cobiça daqueles que esperam já servir-se de uma situação de anomalia, para instalar-se em poder ilegal.

Segura da sua força e da vitória da revolução que preconizava, a maioria me deixava falar. Brizola, mesmo, habitualmente agitado e agressivo, estava tranquilo, sorridente junto ao microfone. Em certo momento interrompeu-me:

Sr. Deputado....

Prevenido contra ele, pensei que vinha tumultuar-me o discurso. Atalhei:

É inútil V. Ex.^a interromper-me, embora me honrasse e desse prazer com sua interrupção. É inútil, repito, porque não cederei aqui ao meu dever de dizer o que desejo dizer. Ninguém me tira esse dever, esse direito. (Palmas.) Ninguém me impedirá, já-mais, senão pela coação física, de dizer o que julgo do meu dever dizer. Ninguém! Ninguém! (Muito bem. Palmas.)

Brizola não insistiu, mas, pouco depois, voltou ao microfone, e deu-me uma lição. Eu ameaçava renunciar, se alguém encontrasse um apelo à subversão em qualquer dos meus discursos anteriores. Foi então que Brizola veio dizer que, ainda que ele conhecesse algum, não o denunciaria:

Faço questão e farei sempre questão de que V. Ex.^a jamais deixe de dar o concurso de sua inteligência a esta casa.

Respondi logo:

Obrigado. Interpretei mal a intenção de V. Ex.^a Pego perdão por essa interpretação.

Eles seguindo, aliás, a bela tradição parlamentar brasileira, estavam em condições de ser cavalheiros. Tinham a vitória nas mãos.

O melhor discurso da sessão foi o de João Agripino. Frio, lúcido, cortante, o parabano escalpelou o golpe; atacou de frente e com a maior energia Flôres da Cunha, estava realmente num grande dia. A resistência udenista consolidou-se, na sua voz.

Na hora de votarmos a resolução de impedimento, requeiri fôsse feita chamada nominal. Capanema concordou. Flôres pôs em votação a moção de impedimento, que, sem se referir nominalmente, nem a Café Filho nem a Carlos Luz, "considerava a situação de fato, reconhecia o impedimento previsto no art. 79, parágrafo único da Constituição" e "chamava o vice-presidente do Senado (Nereu) ao exercício da presidência da República".

Vencidos que fomos na votação, estava, contra todas as regras, desde o Regimento até a Constituição, decretado pela Câmara o impedimento do presidente, dos dois presidentes como em breve íamos ver. Agora a matéria ia ao Senado que, no mesmo dia, confirmou a decisão.

19 DE
ABRIL

Com o dia absorvido pelos acontecimentos da Câmara, não tivera mais notícia exata do que se estava passando fora dela. Sabia-se que o *Tamandaré* partira barra agora com o Presidente Luz e vários colaboradores a bordo, tais como o ministro da Justiça, Prado Kelly; o chefe da Casa Civil, Monteiro de Castro, e também o Deputado Carlos Lacerda. Sabia-se, também, que Eduardo Gomes, tal como me prevenira seu ajudante-de-ordens, tinha levantado vôo do Santos Dumont, seguido por vários aparelhos da FAB, rumo ao Sul. Eu ainda acreditava fôsse possível o desembarque, em Santos, dos passageiros do navio e dos aviões, e o estabelecimento do governo legal em São Paulo, cujo governador, Jânio Quadros parecia estranho ao golpe, pelo que me havia dito quando eu lhe telefonei naquela manhã, cedo, à procura de informações.

Juraci Magalhães, a quem transmiti esperanças na ação de Eduardo, mostrou-se cético. Militar, conhecendo melhor que eu as probabilidades de desfecho de uma confrontação como aquela, declarou-me que nem a Marinha nem a Aeronáutica poderiam fazer nada em São Paulo, a serem exatas as informações dali recebidas, sobre o comportamento da tropa local, comandada pelo General Falconière da Cunha.

No correr da noite as impressões de Juraci se confirmavam. O *Tamandaré* voltava à Guanabara, e nós éramos chamados a receber, com ele, o governo deposto. Na manhã de 12 dirigime ao Arsenal de Marinha, onde passei a aguardar a licença para ir a bordo, em companhia de Juraci, Adatao, Rafael Correia e outros companheiros. Afinal, em uma lancha da Marinha cedida pelas autoridades navais, que nos trataram com toda cortesia, rumamos para o *Tamandaré*.

Subinos. O convés estava cheio de oficiais e praças em uniforme de serviço. Na sala de entrada estavam Kelly, Monteiro, Jurandir Mamede (fardado mas sem quêpi), Lacerda (que achei abatido, com fundas olheiras) e Pena Bôto. Entramos na câmara do comandante, onde fomos recebidos por Carlos Luz. O presidente deposto estava de pé, junto à porta de uma mesa, de frente para a porta. Visivelmente queria dar impressão de calma e compostura. Falava em voz calma, embora o tom fôsse um pouco alto. Não deu mostras de familiaridade, nem abandono. Parecia querer viver um momento histórico. Troquei com ele poucas palavras, apenas, sobre a votação da Câmara, que não me pareceu surpreendê-lo. Suponho que dela já tivesse conhecimento. Neste momento, Prado Kelly faz-me sinal e diz-me, baixo, que Carlos Lacerda queria falar-me. Sai com Carlos para o estreito convés. Alí ele me disse duas coisas: queria que eu tomasse a direção da *Tribuna da Imprensa* e que decidisse sobre o que ele devia fazer em terra. Recusei o jornal; não me era possível assumi-lo. Na verdade, eu não queria solidarizar-me com uma linha de agitação, a que sempre fôra alheio, e que nos levaria à situação em que nos encontrávamos. (Isto eu não disse a Carlos, mas era o que pensava.)

Quanto a ele, minha opinião era de que devia se asilar numa embaixada. A ordem parecia assegurada, mas ninguém podia garantir quais seriam as medidas que o novo governo tomaria contra ele, a quem eram atribuídas as maiores responsabilidades nos acontecimentos. "Nós não corremos risco", disse-lhe eu, repetindo o que lhe havia dito na véspera, em minha casa, "mas você sim. Deve ir para o estrangeiro". Carlos concordou imediatamente, e pediu-me que providenciasse o asilo. Mais algum tempo e des-cemos todos, para a lancha e para terra. Eu segui na frente, a fim de preparar o asilo na embaixada do Peru, na Avenida Pasteur. Carlos veio logo em seguida, na camioneta do Adatao, guiada por este, em companhia de Juraci e Rafael Correia. Chegando à embaixada, encontrei um pequeno grupo, em que havia senhoras, em torno a uma mesa de jogo. Um funcionário jovem disse-me que o embaixador estava em Lima, e que ele era o encarregado de negócios. Pedi asilo para Carlos Lacerda. O mógio titubeou, tergiversou pediu prazo. Disse que precisava instruções do seu governo. Contestei, citando a Convenção de Caracas. Mas ele recusou. Pedi um telefone e chamei para a embaixada de Cuba, ocupada então pelo meu amigo Gabriel Lanza, homem generoso e bravo, político militante e vaqueano nas revoluções da sua terra. "Caramba, Alfonso!"—gritou-me Lanza exultante. Que lhe levasse logo o homem, foi a sua resposta. Neste momento chegava a camioneta, junto ao portão que eu mandara abrir. No jardim expliquei aos amigos o que ocorria, e rumamos para a

embaixada de Cuba, em Copacabana. Era um edifício, e a embaixada ficava em andar alto. Duas mógicas preparavam-se para entrar no elevador. "Não subam—disse-lhes eu.—Conserve-se, por favor, a porta aberta." Elas obedeceram meio espantadas. A camioneta do Adatao, que seguia o meu carro, vinha encostando. Entramos todos no elevador. Carlos Lacerda estava em segurança.

No dia seguinte estávamos Anah e eu sózinhos em casa. À noite, com a rua deserta, tentando inutilmente notícias no rádio censurado quando bateram à porta. Fui abrir: era Eduardo Gomes. O Brigadeiro estava em traje civil, metido num terno azul-marinho, e, com a polidez de sempre, entrou, cumprimentou Anah, e sentou-se numa poltrona. Nós o olhávamos espantados. Que teria ocorrido para que nos fizesse uma visita tão pouco habitual? Que nos vinha dizer? Mas o Brigadeiro, falando como sempre em tom pausado, contava-nos sua sortida na véspera, rumo a São Paulo. Decolara na frente, seguido de outros aviões, apesar das ordens do Exército, que cercava o campo com canhões antiaéreos, de que não deviam sair. "Fomos levantando vôo, contava, mas não nos hostilizaram." Demorou-se um pouco mais e despediu-se. Então é que compreendi a intenção da visita. No dia do golpe eu propusera, sem êxito, uma ida a São Paulo. Agora Eduardo vinha explicar, indiretamente, porque não me aceitara como passageiro. Já sabia que o Exército tinha proibido a saída. Só não podia saber que os pilotos não iam ser hostilizados...

No dia 13 fui ver Carlos Luz no seu apartamento da Avenida Atlântica. Encontrei-o firme, determinado a denunciar a violência de que fôra vítima. O Cardeal viera visitá-lo, outras pessoas insistiam para que não aticasse o fogo, mas ele conhecia e seu dever e ia cumpri-lo. Queria falar na Câmara e pedi-me que conseguisse inscrevê-lo. A espôsa (não a vi, foi ele quem me disse) sustentava corajosamente a necessidade de uma explicação e de uma denúncia. Na Câmara procurei Flôres da Cunha e comuniquei-lhe a intenção de Carlos Luz, de falar, e a minha, de solicitar-lhe a palavra, em nome da minoria. Flôres concordou logo. Não cercaria a palavra ao adversário vencido. Apenas impunha uma condição: Carlos Luz nãoalaria dizendo-se presidente da Câmara; o presidente agora era ele, Flôres da Cunha. Fiquei de transmitir a Luz esta advertência. No dia 14, foi o discurso de Carlos Luz, e, sem dúvida, o maior momento da sua longa vida pública.

Chegando ao Palácio Tiradentes, ele subiu logo ao meu gabinete, onde eu já o aguardava. Anah estava ao meu lado. Conversamos um pouco e notei que Carlos Luz dominava a custo sua emoção. Disse-lhe que, naqueles dias, trazia sempre comigo um vidro com pastilhas tranquilizantes, e ofereci-lhe uma. Luz tomou duas num copo de água. Dei-lhe notícia de minha entre-

vista com Flôres. Esperamos até o momento da abertura da sessão, quando ambos descemos juntos, entrando eu em plenário e ficando ele na ante-sala. Terminada a leitura do expediente, levantei-me e pedi a palavra, como líder da minoria, para o Deputado Carlos Luz. Sob completo silêncio Luz entrou no recinto e dirigiu-se aos degraus da tribuna.

Velho parlamentar, antigo líder da maioria, nunca o deputado mineiro se destacara especialmente pelas suas intervenções oratórias. Naquele dia, porém, com ele, a Câmara brasileira viveu uma de suas horas mais altas. Não que as palavras fossem especialmente eloquentes; as idéias, excepcionalmente amplas ou originais. O importante, naquele discurso de Carlos Luz—aquilo que o marcou como uma página definitiva nos nossos annais parlamentares—foi sua linha de compostura, de equilíbrio, de dignidade e de coragem. Também não faltou habilidade, menos às palavras do que à atitude do orador. Recebido em atmosfera de expectativa, senão respeitosa, pelo menos deferente, Luz começou a ler sua oração em postura que nada tinha de temerosa mas também não era de desafio; em tom firme, mas não grandiloquente. Em suma, da maneira que mais convinha. Quando suas afirmativas pareciam provocar contradição, e alguém se dispunha a interrompê-lo, ele, polidamente, dizia que deixassem os apertes para o fim. Desta forma foi chegando ao término sem se deixar interromper. E, no final, já as interrupções não interessavam. Com aquele discurso, Carlos Luz, que pouco tempo mais teria de vida, encerrou, praticamente, a sua carreira política. Sua participação nos acontecimentos posteriores, inclusive na eleição de Jânio Quadros, que apoiou, foi discreta. Ele teve a sorte, rara entre os homens públicos, de encerrar a sua carreira no momento culminante.

Nã mesma sessão de 14 fiz, também, um discurso. Não conseguí dizer tudo o que queria, nem o que disse teve a forma que eu desejava, tantos foram os apertes e interrupções. Para começar, o Deputado Ferrari veio comunicar-me que o P.T.B., de que era líder, mais o P.S.P. e o P.R., todos a favor do governo, haviam se reunido para formar um novo bloco, e que este bloco, pelo Regimento, seria a nova minoria, visto ser mais numeroso que a nossa aliança U.D.N.—P.L. Embora eu já tivesse sido cientificado, antes, daquelas tratativas, a decisão tomada naquele momento parecia visar apenas impedir-me de usar a mais importante prerrogativa dos líderes de blocos, que era a de falar quando lhes aprouvesse. No meu discurso chamei a atenção para isso e também comuniquei que, nos termos do Regimento, a U.D.N. e o P.L. formariam um novo bloco, o da oposição. Regimentalmente, pois, não nos poderiam vedar o acesso à tribuna. Mas, fora da Câmara, a censura policial dominava. O governo de

Nereu estava, naqueles dias, nas mãos de Lott. A *Tribuna da Imprensa* fôra suspensa; o *Diário de Notícias* saíra com largos espaços em branco. Isto, sem estado de sítio, nem qualquer outra medida legal de exceção. Puro arbítrio da força. Protestei, com veemência, contra o guante da censura. Interrupção por palmas e protestos, exibi os jornais censurados ao plenário. Brizola defendeu abertamente as medidas restritivas. Outros, da maioria, o imitavam. Segundo eles, a pregação udenista era ilegal e subversiva, devia ser reprimida em defesa da lei. Sempre a mesma história... O principal responsável era, contudo, o ausente Carlos Lacerda, pois sua campanha de agitação era apresentada como justificadora do 11 de Novembro. No meio da balbúrdia, eu quase não podia falar. A muito custo fui dizendo o que me parecia necessário. Eis alguns trechos:

*Estamos diante de uma situação de fato, de um poder revolucionário, de um governo ditatorial*⁹³ [...] *Esta a situação em que nos encontramos. É inútil tentarmos disfarçá-la com eufemismos; temos de encará-la; temos de procurar resolvê-la. As alegações mais ou menos jurídicas que, até agora, têm sido formuladas, não convencem sequer aqueles que as enunciam. São simples pretextos de que o Congresso Nacional se utilizou para manter a precária subsistência, para continuar no seu ameaçado funcionamento. [...] Através da manutenção das trincheiras legais e da conquista de novas é que se poderá restituir, afinal, a democracia e a liberdade desaparecidas na noite de 10 para 11 de novembro.*

Insisti em que a resolução do impedimento derrubara tudo, da Constituição ao Regimento. Mostrei que os comunistas podiam publicar manifestos enquanto meus discursos eram censurados nos jornais. Como Brizola insistisse em que o que haviam feito tinha sido prevenir o nosso golpe, lembrei-lhe:

Se V. Ex.^a prega com esse ardor, com essa fé, a punição daqueles que tentam a subversão da ordem, como procederá V. Ex.^a com relação àqueles que ultimam a subversão?

Depois ajuntei, em defesa de Lacerda, duramente visado nas palavras de Brizola:

Quero dizer outra coisa a V. Ex.^a Entre as qualidades da brancura está o respeito ao adversário em risco. O deputado a quem V. Ex.^a acaba de se referir com tão severas palavras e com tão

prejuizadores julgamentos encontra-se em risco. Divergi de S. Ex.^a publicamente, nesta casa. Sendo S. Ex.^a meu correligionário, de S. Ex.^a divergi. Pus-me à disposição, entretanto, dos que me solicitam esta humilde intervenção, para garanti-lo, e não me parece adequado o momento em que V. Ex.^a fala de um homem que se encontra em risco, para rememorar culpas e incutir ódios contra sua pessoa.

No dia seguinte ao discurso de Carlos Luz, que era 15, houve grave tumulto na sessão. Começou com uma áspera troca de palavras entre o presidente, Flôres da Cunha, e o Deputado Baleiro, que se encontrava na primeira fila de bancadas. Exasperado, Flôres levantou-se da mesa, em pleno curso da sessão, desceu as escadas laterais e arremeteu para a porta de entrada do plenário, acompanhado por um filho, que sacara o revólver e o brandia no ar. Baleiro, seguido de Adauto Cardoso, levantaram-se também e correram para a porta ao encontro dos outros. Estabeleceu-se grande confusão na "terra-de-ninguém", com deputados, jornalistas e funcionários, aos encontros e repêloes. Separados os adversários, o emotivo Flôres, que já reassumia a calma, admoestou o filho e voltou à mesa, reabrindo a sessão que, aliás, não suspendera formalmente.

Esses casos têm a sua comichade, mas também a sua gravidade, porque podem degenerar em drama. A Câmara, no Rio, com a morte de Sousa Filho, e o Senado, em Brasília, com a de José Kairala, são advertências que cumpre não esquecer. Na Europa os contentores trocam sopapos. No Brasil podem tocar balas.

Serenados, mais ou menos, os ânimos, fui à tribuna e reclamei a necessidade de se "resguardar a dignidade da Câmara". A Flôres da Cunha fiz o seguinte apêlo:

O tumulto que há pouco dominou este plenário, num verdadeiro redemoinho de insânia, merece nossa atenção e nosso aviso. V. Ex.^a, Sr. Presidente, dizia-me, outro dia, uma palavra que realmente me tocou. Assim falou-me V. Ex.^a à entrada do seu gabinete: "Você é meu ex-correligionário, mas não é meu ex-amigo." A emotividade do seu temperamento, os impulsos dos seus nervos, Sr. Presidente, me preocupam. [...] Nessas condições, queria ressaltar, perante o plenário, o aspecto de extrema gravidade que começa a assumir a vida nesta Câmara. Não podemos funcionar sem dignidade e sem compostura, e a compostura e a dignidade desta Câmara estão naturalmente baseadas em duas colunas, em dois alicerces: a autoridade da mesa e as prerrogativas dos deputados.

Não era só com a autoridade de líder, mas também com a autoridade pessoal que a minha conduta granjeara, que eu podia

93. Em certo momento disse: "O Ministério da Guerra transformou-se na fortaleza da traição." Houve um vozeio indescritível. Esta frase do meu discurso foi suprimida na publicação.

falar assim, ao presidente e ao plenário, no discurso com que procurava arrefecer as paixões.

Nos momentos de luta mais acesa sempre me foi possível, graças a Deus, respeitar os outros e ser respeitado. Em dias como o da morte de Vargas, da deposição de Luz, da discussão sobre a posse de Jango, as manifestações dos mais ardorosos adversários a meu respeito atestam o nível de comportamento que sempre procurei manter.

Naqueles dias nós, da oposição, estávamos sempre na estacada. Questões de ordem, verificação de votação, audiência de comissões. A sessão de 21 de novembro assistiu à culminância da crise. Nela a Câmara, pela sua maioria, pactou com o golpe de Estado, aceitando uma resolução que declarava o impedimento de Café Filho. De fato, no dia 11, o expediente do impedimento, proposto por Capanema, referia-se tão-somente a Carlos Luz. Nos dias seguintes é que o General Lott e os demais elementos deliberantes começaram a pressionar pela renúncia de Café Filho, sempre às voltas com a sua crise cardíaca. O presidente e o general tiveram uma entrevista decisiva a esse respeito, na qual aquele recusou terminantemente renunciar, e exigiu sua volta ao poder com toda autoridade. Então os militares fizeram cercar o apartamento do presidente, com grande aparato de tropa blindada, ocuparam a cidade com o propósito de intimidação, e exigiram que o Congresso adotasse uma resolução, declarando que o impedimento de Café Filho "estava implícito" na decisão anterior, que impedira Carlos Luz. Isto, exatamente, era o que tínhamos de discutir e votar naquele dia, precedentes autorizados pelo P.S.D. e pelo P.T.B., do reverso que sobre eles cairia mais tarde, com a deposição de Goulart ou a cassação de mandato de Juscelino. Tristes contingências latino-americanas...

O líder da maioria, que era o talentoso baiano Vieira de Melo (Capanema deixara a liderança), pediu urgência na votação. Reclamei o direito de falar. Flôres se opunha a isso. Apelei para o líder. Vieira de Melo foi de impecável correção:

Senhor Presidente, para nós, da maioria, que tivemos o privilégio da minha presença na tribuna, na qualidade de líder da maioria, é uma questão de honra que o eminente líder da oposição goze de igual regalia.

Na Câmara, o debate se mantinha dentro das regras do respeito mútuo. O pior era lá fora, com tropas na rua, a casa do presidente cercada, a Câmara também, os jornais e rádios censurados, todo um desdobramento de forças que mostrava bem a intenção do governo de não permitir nenhuma outra solução, senão o impedimento de Café Filho.

Por isto mesmo devemos reconhecer que a oposição cumpriu gallardamente o seu dever, enfrentando todas as ameaças e denunciando, com todas as letras, as arbitrariedades que se praticavam. Nossos discursos não seriam irradiados nem impressos nos jornais. Mas ficariam no *Diário do Congresso*, como prova de que os defensores da lei não se intimidaram ante as exigências da força.

21 DE
ABRIL Transcrevendo alguns tópicos da minha fala, ter-se-á um panorama da situação existente, bem como se verá a maneira enérgica pela qual a

condenávamos, apesar das tropas na rua e nas cercanias da Câmara:

A maioria encontra-se, hoje, possuída da inabalável decisão de infringir todas as regras que habitualmente norteiam as decisões parlamentares, exceto aquelas da tranquilidade externa e relativa. Temos tido sessões muito mais tumultuosas nesta casa, temos visto o plenário confundir-se, agitar-se, perturbar-se num torvelimho de imprecisões, de lutas e revoltas. Mas essa atitude violenta é, as mais das vezes, puramente externa. Hoje é internamente, no seu sentimento, na sua consciência, na sua deliberação, na sua vontade, nos seus desejos, nos seus desígnios, nos seus propósitos que a maioria se revela, fria e inevitavelmente, partidária das determinações e das soluções ilegais. (Não apoiados.) [...] A técnica, a alçada deliberação de prosseguir sem olhar para os lados, sem olhar para trás, sem atentar nas leis, sem refletir nas conveniências, sem amadurecer os reflexos, sem sobrestar nas possibilidades daquilo que ora deliberamos, apossou-se, hoje, da maioria desta casa. Nós, entretanto, da minoria, nós da oposição, desejamos fique aqui, para sempre, consignado, que estamos tomando uma das mais graves, das mais sérias, das mais conseqüentes deliberações da história da República, com a censura instalada em muitos jornais desta capital, que defendem os pontos de vista que aqui esposamos, e, finalmente, com a tropa do Exército patrulhando as ruas em carros pesados, com metralhadoras e canhões cercando o palácio do governo, bem como a residência do presidente que V. Ex.^{as} em breve irão depor, conseqüentemente estabelecendo um sistema, um clima, uma atmosfera, um ambiente de coação perfeitamente inadequados e absolutamente indignos da deliberação que aqui deveremos tomar. (Palmas.) [...] Eu dizia, Sr. Presidente, que precisamos deixar perfeitamente consignado o ambiente em que vamos deliberar: a cidade cercada pela tropa rebelde; o presidente a ser deposto confinado aos limites da sua residência, sem que dela possa sair ou nela possa entrar quem quer que seja; o palácio do governo cercado também pela tropa armada; e esta Câmara, manifestando-se sob a coação

de todas estas circunstancias, para tomar uma deliberação que contraria desde o Regimento até a Constituição da República (Palmas) [...] Na noite de 10 para 11 de novembro romperam-se, no Brasil, as comportas da ilegalidade, e, pela brecha das ambições espumantes, correu de roldão o poder constitucional. Deveríamos lembrar aqui aquela frase pressagosa, aquela frase cheia de intenções e de conteúdo, pronunciada por Nabuco quando dizia que "fácil é abrir as comportas da ilegalidade, mas muito difícil canalizar o seu desbordamento".

Então, aí, na análise da proposição e da justificativa dela, apresentada no discurso de Vieira de Melo, demonstrando-lhe a fragilidade e a inconsistência. Tarefa fácil, pois o "impedimento implícito", medida de cunho exclusivamente político, era absurdo e indefensável juridicamente. Todos os argumentos, mesmo os de um orador talentoso como o líder da maioria, se esfarelavam à simples exibição do texto constitucional. A maioria, com toda a sem-cerimônia, abandonava o texto e oferecia uma solução que dizia fundada nêle, mas que dêle não tinha nem um traço. O recurso constitucional do impedimento, inclusive no processo, estava estabelecido na Constituição e na lei especial, que o Congresso votara, regulamentando o texto constitucional. Os crimes de responsabilidade do presidente, se os houvesse, também tinham o seu processo regulado por lei especial. Os juristas do Ministério da Guerra, porém, tendo à frente o constitucionalista Lott com a sua pitoresca teoria do "retorno às normas constitucionais vigentes", viam na volta de Café ao palácio um obstáculo aos seus propósitos. Então criaram a doutrina do impedimento implícito, que a associação F.S.D.—P.T.B. aplaudiu com entusiasmo. Doutrina que manteria Lott no Ministério e terminaria por fazê-lo candidato ao governo, sempre com apoio do P.T.B. e das esquerdas hoje legalistas. Na verdade, a opinião das esquerdas, então manifestada por Britzola e Bruzzi de Mendonça, além dos socialistas, era francamente pela aceitação do sacrifício do presidente inerte, no entanto impávido, que resistia à intimação da renúncia. Desgraçadamente os apetites de poder, suscitando a intervenção militar, que oscila pendularmente, vinham num crescendo, desde 29 de outubro de 1945. O Brasil tinha entrado no túnel que até agora não pôde atravessar.

Concluindo meu discurso procedi à leitura de uma proclamação da oposição, assinada por 60 deputados. Este documento, redigido, se não me falha a memória, por Milton Campos, era uma denúncia serena mas implacável do crime que se estava cometendo contra a lei, em nome dela. Terminava com estas palavras:

Assim procedendo [o Congresso], amula-se como órgão constitucional deliberante, coloca o poder civil à sombra da espada e

macula de insanável ilegitimidade o governo que se vai instalar —se é que se vai instalar algum governo—a 31 de janeiro de 1956.

Mas a decisão do impedimento implícito do Presidente Café Filho não satisfazia aos donos do poder. O governo queria todas as garantias de uma diadema legal. Para isto, tinha solicitado, em mensagem, a decretação do estado de sítio. Infatigável, a oposição aprestou-se para a nova batalha.

O relator da mensagem foi o petebista mineiro Camilo Nogueira da Gama. Apresentando emendas, discutindo-as em comissão e no plenário, levantando questões de ordem, discursando, procuramos combater o novo impacto e minorar-lhe as consequências. Seria fastidioso recordar, aqui, as minúcias da nossa ação naquele caso. De resto, ela encontrava precedentes em todas as vezes nas quais governos prepotentes tinham procurado ampliar o seu poder à custa das liberdades públicas. Os vários volumes da coleção "Documentos Parlamentares", referentes ao estado de sítio, são a prova de que, em todas as gerações políticas, desde 1889, sempre houve, no Congresso, grupos de homens que defenderam a lei e a liberdade contra os interesses políticos e a prepotência. É uma triste história, mas talvez encerre animadora lição. Através da resistência de poucos é que se torna, sempre, difícil, e mesmo impossível, suprimir, no Brasil, a liberdade da consciência popular.

Na sessão em que se encerrava a votação do estado de sítio, o Deputado Leonel Britzola, imprevisivelmente, proferiu violento discurso de ataque à oposição. Havia cerca de dez dias que transitava o projeto e eu acertara, com os líderes Vieira de Melo e Fernando Ferrari, o compromisso de não mais prolongar os debates, desde que a votação fôsse nominal, a fim de que as responsabilidades ficassem bem caracterizadas. Súbito, apareceu Britzola com aquela saraivada de pedras contra nós. Cansado, colido de surpresa, tive de sucedê-lo na tribuna:

Não poderia eu prever que, ao apagar das luzes deste processo ominoso de estrangulamento das liberdades democráticas do nosso país, fôsse o meu partido, ainda uma vez, trazido ao pelourinho da calúnia pela voz que lastimo ter sido a do nobre deputado pelo Rio Grande do Sul. Está S. Ex.^a atravessando, de fato, uma grave crise de consciência e uma profunda dor moral, porque um homem da sua notória bravura, um homem da sua notória lealdade, seria realmente o último a aqui tomar a atitude de, neste momento, acusar os vencidos que lutaram até o fim pela defesa da liberdade e não ter a coragem de enfrentar os vergonhosos vencedores. É estranho que venha falar em nome do gallardo povo do Rio Grande do Sul, é estranho que venha trazer a palavra

corajosa daqueles que sempre defenderam, nos rincões meritórios deste país, a dignidade e a liberdade do nosso povo, este homem que diz exprimir o pensamento da maioria dos seus correligionários e que, sem ter a coragem de enfrentar aqueles que, com o fio da espada, rasgaram as páginas mais nobres da nossa Constituição (palmos); sem ter tido, sequer, a oportunidade de indicar os crimes que nós aqui nos esmeramos, há dez dias, para definir, venha acusar os vencidos, venha tipular sobre os que batalharam, venha fazer tróia com os que lutaram, venha lançar, enfim, culpa e infâmia sobre aqueles que defenderam a dignidade, os restos de dignidade deste país afundado no novo mar de lama. (Palmas.)

Nesse tom prossegue o discurso, com a advertência final, recebida entre prolongados aplausos, de que, no futuro, os vencedores da hora talvez viessem a lutar a nosso lado, em defesa da liberdade suprimida.

O final da farsa (farsa dramática) foi marcado pela manifestação do Supremo Tribunal, no mandado de segurança que, por intermédio de Prado Kelly, o Presidente Café Filho impetrara, contra o ato do Congresso que o havia declarado impedido para o exercício de suas funções.

No dia 12 de dezembro, véspera do julgamento da matéria pelo Supremo Tribunal, procedi, na Câmara, à leitura de um discurso de dezoito páginas à máquina, que é um verdadeiro arrazoado em defesa da medida.

Não entrarei em pormenores sobre esse trabalho, de cunho jurídico, com que ataco a informação da mesa da Câmara e o parecer do procurador-geral, e em que analiso longamente os aspectos constitucionais do problema, não só no nosso próprio direito, como também no direito norte-americano, tomado em falso e, até, citado em falso pelo ministério público.⁹⁴

Escrito em horas de febril atividade, em tempo tomado ao sono, meu trabalho, creio, é uma contribuição substancial. Publiquei-o, entre outros, no meu livro *Estudos do Direito Constitucional* (1957) e, por isto, escuso-me de entrar em minúcias sobre ele. Mostro, exaustivamente, como a resolução legislativa era meio inidônea para o golpe do impedimento, estudando a nossa processualística parlamentar desde o Império; fixo os limites constitucionais das chamadas "questões políticas" e dos poderes implícitos, com apoio nos nossos juristas, desde o princípio da República e também na tradição do direito americano; entro, afinal,

no problema do impedimento, também em ambos os sistemas jurídicos, para deixar clara a aberração que aqui se praticara.

Eu enviara cópia do meu discurso, antes de pronunciá-lo, a todos os ministros do Supremo Tribunal. Mas não me iludia—como ninguém, de resto—sobre o desfecho do julgamento. Sabia-se, de antemão, que o Tribunal consideraria o ato praticado como revolucionário, e, portanto, fora da órbita do direito. O que, sustento eu ainda hoje, não era verdade. Em 1965 esta interpretação foi válida, porque o poder revolucionário expedira uma lei constitucional (O Ato Institucional) destinada a declarar o que ficava suprimido e o que ficava mantido no sistema constitucional anterior. Era uma base jurídica nova, sobre a qual a justiça deveria funcionar. Individualmente, um juiz poderia recusar-se a cumpri-la, mas só com abandono da função. Se nela permanecesse seu dever seria aplicar o novo estatuto.

Mas, em 1955, a situação era diversa. A sedição militar não pretendia ditar nenhuma nova lei. Mantinha tudo, desde que nada se cumprisse, além do que lhe convinha. O Congresso curvou-se à imposição: era um corpo político. Mas o Supremo poderia não se ter curvado, e fez mal em se curvar. Que lei aplicou? Apenas a da força maior, quando lhe cumpria, a meu ver, declarar o direito, pouco se importando com a execução dos seus ditames. Forçaria ou um recuo ou uma definição, e não forneceria uma justificativa jurídica ao que não era mais que um golpe de Estado.

Depois da revolução de abril de 1964, o Supremo Tribunal, na minha opinião, tem agido muito mais acertada e corajosamente do que naquele tempo.⁹⁵

Com o discurso de 12 de dezembro minha liderança tinha esgotado tudo o que podia fazer. Luz e Café estavam depostos, Lott empunhava o gládio da pureza legal, Juscelino preparava-se, no conforto do estado de sítio, para entrar no Catete.

Eu estava exausto, enjoado de tudo, resolvido a me afastar daquele triste Brasil. Em 20 de dezembro, Anah e eu tomamos um navio para a Itália.

22 DE O navio era francês, o *Provence*, o mesmo em
ABRIL que havíamos viajado em 1952. Fazia a rota pelo
Mediterrâneo, tocando em Gênova e Nápoles.

Desembarcamos na primeira dessas cidades, a 3 de janeiro, e nos hospedamos em um hotel com vista sobre o mar. Houve, então, um pequeno episódio que bem mostra como certos cidadãos são

94. O procurador-geral citara autores americanos em tradução espanhola, que desvirtuavam o texto, como provei.

95. Eu critiquei a decisão do Tribunal, e alguns juizes não se esqueceram disso. Um deles disse a Bilac Pinto, que me contou o fato, que eu deveria estar, agora, sem razões para criticar o Tribunal.